



Observatório  
de Movimentos Sociais  
da América Latina

# COMUNICA AMÉRICA LATINA

V - abril-junho/2021



**Observatório de Movimentos Sociais da América Latina**

**Comunica América Latina V - abril - junho 2021**

**Rio de Janeiro – julho de 2021**

**Documento de apoio à pesquisa organizado por pesquisadores e pesquisadoras do NETSAL**

**ISSN: 2675-9381**

**Responsáveis editoriais: Daniel Henrique Ferreira, Giovana Esther Zucatto, Hellen Oliveira, Jefferson Nascimento, Lara Sartorio Gonçalves, Lívia Alcântara, Maria Eduarda Tavares, Mariane Silva Reghim, Marília Closs, Meyre Valle Teixeira, Paulo César Limongi, Pedro Demenech, Pedro Borba, Raul Nunes, Simone da Silva Ribeiro Gomes, Vitória Gonzalez.**

**Revisão: Paulo César Limongi e Raul Nunes**

**Diagramação: Daniel Henrique Ferreira**

**Capa: Hellen Oliveira**

**Ilustrações: Matheus Ribs**



**Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina - NETSAL**  
**Coordenação Geral: Breno Bringel e José Maurício Domingues**  
**Coordenação Executiva: Marília Closs**

**Site: [netsal.iesp.uerj.br](http://netsal.iesp.uerj.br)**

**Email para contato: [netsal@iesp.uerj.br](mailto:netsal@iesp.uerj.br)**

**Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP-UERJ**  
**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

**Rua da Matriz, n. 82, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.**

# Sumário

<b>Apresentação</b>	<b>4</b>
<i>Hellen Oliveira</i>	
<i>Lara Sartorio Gonçalves</i>	
<i>Meyre Teixeira</i>	
<i>Simone da Silva Ribeiro Gomes</i>	
<b>MONITORAMENTO DE PAÍSES</b>	
<b>As contradições da esquerda latino-americana escancaradas na Argentina</b>	<b>10</b>
<i>Giovana Esther Zucatto</i>	
<b>Mobilizações na Bolívia: internacionalismo e luta sócio-ambiental</b>	<b>12</b>
<i>Marília Closs</i>	
<b>Do dia da mentira à mentira do dia a dia: Covid, Pão e Insurreição</b>	<b>14</b>
<i>Mariane Silva Reghim</i>	
<b>Das cozinhas ao parlamento: a árdua batalha dos chilenos por vida digna</b>	<b>16</b>
<i>Lara Sartorio Gonçalves</i>	
<b>El paro, repressão policial e pandemia: diversas facetas da crise na Colômbia</b>	<b>18</b>
<i>Paulo César Limongi de Lima Filho</i>	
<b>Matar um leão por dia? Cuba entre obstáculos, avanços e autocrítica</b>	<b>21</b>
<i>Lara Sartorio Gonçalves</i>	
<b>El Salvador: retrocessos legislativos, golpe de Estado e Bitcoin</b>	<b>23</b>
<i>Simone da Silva Ribeiro Gomes</i>	
<b>Luzes na noite equatoriana</b>	<b>25</b>
<i>Daniel Henrique da Mota Ferreira</i>	
<b>Guatemala: crise migratória e direitos humanos na pandemia</b>	<b>27</b>
<i>Lívia Alcântara</i>	
<b>Uma outra vez a tragédia haitiana</b>	<b>29</b>
<i>Daniel Henrique da Mota Ferreira</i>	
<i>Pedro Demenech</i>	

<b>México: entre vacinas, eleições e violências</b>	<b>31</b>
<i>Vitória Gonzalez</i>	
<b>#SOSNicaragua: O povo clama por vacinas, por liberdade e eleições livres</b>	<b>34</b>
<i>Meyre Teixeira</i>	
<b>Panamá: Mulheres, Indígenas e LGBTQIA+ nas ruas e nas redes por direitos</b>	<b>36</b>
<i>Hellen Oliveira</i>	
<b>Paraguai: a luta pela terra é uma luta contra a fome</b>	<b>38</b>
<i>Pedro Borba</i>	
<b>Pedro Castillo presidente: o Peru rumo ao bicentenário</b>	<b>40</b>
<i>Raul Nunes</i>	
<b>República Dominicana: Pelo direito de decidir, pela liberdade de ir e vir</b>	<b>42</b>
<i>Hellen Oliveira</i>	
<b>A chegada do inverno no Uruguai e os reencontros com o passado</b>	<b>44</b>
<i>Maria Eduarda Faria Tavares</i>	
<b>Venezuela: diálogo entre governo e oposição não amenizará os conflitos sociais</b>	<b>47</b>
<i>Jefferson Nascimento</i>	



## Apresentação

*Hellen Oliveira*<sup>1</sup>

*Lara Sartorio Gonçalves*<sup>2</sup>

*Meyre Teixeira*<sup>3</sup>

*Simone da Silva Ribeiro Gomes*<sup>4</sup>

No fim do segundo trimestre de 2021, a América Latina registrou a perda de aproximadamente um milhão de vidas desde que o primeiro caso de covid-19 foi detectado no continente, em fevereiro de 2020. A região, de modo geral, demonstrou falta de recursos políticos e econômicos para enfrentar a pandemia, tornando-se o epicentro de covid-19 no mundo e de mobilizações populares em períodos especialmente arriscados para aglomerações. A fome, o desemprego, a falta de acesso à saúde e o cerceamento do direito à moradia são algumas das realidades que hoje compõem o cenário da região. Em verdade, o aprofundamento das condições críticas no campo da saúde, da política e da economia se entrelaçam ao medo e à corrida por alternativas de saída das crises, num momento em que pessoas seguem padecendo frente a um mal para o qual já existe um recurso: a vacinação.

A pandemia teve novas ondas de contágio nos últimos meses em países como Argentina, Bolívia, Peru, Venezuela, Uruguai e Chile. Nos discursos políticos, são frequentes as narrativas que atribuem à variante Gamma (antes denominada variante brasileira) a responsabilidade por essa nova aceleração no número de casos. Nesses termos, há uma flagrante constatação das desigualdades nos processos de produção e compra de vacinas, bem como de campanhas de imunização, foram tema central do último trimestre na região. As vivências transcorreram desde os escândalos de corrupção na compra de vacinas pelo governo brasileiro, passando pelas taxas de vacinação mais rápidas do mundo, no Chile, e pelo único país do ocidente que ainda não havia começado a vacinação, o Haiti, até a produção da vacina de maior eficácia até agora, em Cuba.

Observamos processos similares em todo o subcontinente nesse período, com alguns agravantes em termos de implicações para as mobilizações. Dessa maneira, o ritmo relativamente lento de vacinação em países como a Argentina — com 11% de sua população vacinada com a segunda dose — não deflagrou manifestações, mas a demora e as sistemáticas denúncias de corrupção na compra de vacinas no Brasil ocasionou diversos protestos desde junho.

O trimestre considerado nesta edição do *Comunica América Latina* (abril, maio e junho), foi marcado por eleições intermediárias e datas de luta. Assim, no Dia Mundial do Meio Ambiente, quanto no Dia/Mês<sup>5</sup> Internacional do Orgulho LGBTQIA+, países como Venezuela, El Salvador,

---

<sup>1</sup> Cientista Política pela Unirio, mestra e doutoranda em Sociologia pelo IESP-UERJ, pesquisadora pelo NETSAL e pelo CASA, membro da PSN Brasil, editora da CESP. Bolsista CAPES. Contato: hellenoliveiracp@gmail.com

<sup>2</sup> Doutoranda e mestra em Sociologia pelo IESP-UERJ. Email: Larasartorio@hotmail.com

<sup>3</sup> Mestranda em Ciência Política no IESP-UERJ e pesquisadora do NETSAL e do NIMMIN. Bolsista CAPES. E-mail: meyreteixeira@id.uff.br

<sup>4</sup> Professora do departamento de Sociologia e Política da UFPel. Doutora em Sociologia pelo IESP-UERJ. Pesquisadora associada do NETSAL e do LAMOV. Email: simone.gomes@ufpel.edu.br

<sup>5</sup> Notamos distintas formas de abordar o Orgulho LGBTQIA+, não apenas nas siglas que se alteram de movimento para movimento, mas também na diferença entre a maioria de países que celebra o dia 28 de junho e os países que dedicam um mês inteiro ao orgulho e combate às discriminações por identidade de gênero e orientação sexual, como é o caso de Peru e Cuba.

Argentina, Colômbia, Peru, Panamá, México, entre outros, registraram mobilizações substantivas. No caso das mobilizações pela diversidade sexual e de gênero, registramos também uma diferenças internas de nomenclaturas dos grupos, um indicativo da heterogeneidade e disputas dos movimentos e suas associações, notadamente no caso do Panamá, El Salvador, Nicarágua, Bolívia e Argentina.

Não obstante, as pautas se aproximam em um dilema comum entre as populações LGBTQIA+ latinoamericanas: a luta pelo direito de existência e um grito renitente contra altas taxas de violência. Apesar de, na última década, a América Latina ter se destacado no enfrentamento e nos avanços quanto ao reconhecimento dos direitos LGBTQIA+, especialmente quanto ao casamento igualitário e às identidades trans, a vida destes sujeitos não está necessariamente melhorando. São crescentes as reações de líderes conservadores e alguns presidentes, incluindo Nayib Bukele, de El Salvador, e Jair Bolsonaro, do Brasil — ainda que não sejam os únicos, aparentam serem os mais abertamente hostis aos direitos dessa população. No subcontinente, observamos números de uma realidade perversa, como consubstanciados nos alarmantes assassinatos de pessoas trans. No Brasil, onde o discurso de ódio às minorias é um dos fundamentos do atual governo, os números aumentaram em 41%, em 2020, e não dão trégua em 2021. Três dias antes da data que marca o Dia do Orgulho (28 de junho), uma mulher trans foi queimada viva na região central de Recife e, infelizmente, faleceu enquanto este documento era escrito. Pela memória de Roberta da Silva e de tantas outras que foram perdidas ao longo do caminho, os movimentos marcham. Para que um dia nunca mais aconteça.

Já na Argentina, ocorreram avanços para a comunidade LGBTQIA+ através da aprovação da lei de cotas de emprego para pessoas trans e travestis, no dia 24 de junho de 2021. A lei Diana Sacayán – Lohana Berkins assegura a reserva de 1% de vagas nos cargos públicos e institui mecanismos para combater a discriminação no meio laboral, incentivos no setor privado e investimento de projetos para as pessoas transexuais, transgêneros e travestis. Vale frisar que, desde 2012, o país sancionou a Lei 26.743, reconhecendo a identidade de gênero.

As distintas pautas amalgamadas na agenda de gênero são alvo de mobilizações constantes na região, que foi pioneira na tipificação do crime de feminicídio, com as legislações da Costa Rica, México e Brasil, mas que segue permanentemente chamada à ação contra o assassinato de mulheres. Neste trimestre, as draconianas legislações de criminalização do aborto, como em El Salvador, por exemplo, vieram à tona com manifestações que pediam a libertação de mulheres encarceradas por abortos clandestinos. Neste país, inclusive, causou uma forte comoção a libertação de Sara Rogel, em 7 de junho — presa por um aborto caseiro —, após passar nove anos em uma penitenciária em San Salvador. A luta pelo aborto legal e seguro também foi pauta no Equador, onde houve uma decisão histórica da suprema corte em defesa do aborto em caso de estupro; e na República Dominicana, onde a prática é considerada crime previsto no código penal. Este mesmo código passa por uma série de reformas, pressionadas pela luta dos movimentos feministas caribenhos. No entanto, ainda há uma desconexão entre as demandas das ruas e as decisões institucionais, de forma que as mulheres seguem em luta pelo direito de decidir.

O aumento da fome e as mobilizações para freá-lo e para chamar a atenção dos governos e da comunidade internacional, também estiveram presentes em vários países da América Latina neste trimestre. As inventivas soluções da região, dentre as quais chamamos a atenção para as “painéis comunitários” (*ollas comunitárias*), têm sido a sobrevivência de muitos dos mais vulnerabilizados na pandemia e já são realidade na quase totalidade dos países. Ainda que as *ollas* sejam realidade historicamente observadas no Chile, em meio à crise sanitária elas não apenas se multiplicaram de

maneira significativa no país, como também são centrais nas ações de países como o Paraguai, Peru, Brasil, Argentina e Guatemala. Em alguns, como na Guatemala, são mais frequentes em áreas centrais da capital e em outros, como no Brasil, alcançam maior capitalidade. No Paraguai, por sua vez, as mobilizações contra a fome foram pautadas pela exigência da implementação dos programas de apoio à agricultura familiar e camponesa previstos na lei 6286/2019 que assegura a manutenção dos “valores culturais, ecossistêmicos e históricos das comunidades rurais”.

A questão da demarcação e reconhecimeanto de terras indígenas tem sido urgente no subcontinente. Em diferentes regiões latinoamericanas, os povos tradicionais travam batalhas institucionais, judiciais e físicas pelo direito de ocupar os territórios que lhes pertencem. No Panamá, o povo Bribri foi impedido, de forma inconstitucional, de permanecer na província de Talamanca. No Brasil, o projeto de lei 490 foi aprovado na íntegra na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, e agora será encaminhado para votação no plenário. Entre outras coisas, o PL 490 viola os direitos dos povos indígenas, que estão assegurados na Constituição, suprimindo o usufruto exclusivo de seus territórios, autorizando o "marco temporal" e permitindo a exploração dos territórios pelo agronegócio, mineradoras e hidrelétricas. Em suma, trata-se de uma tentativa de enterrar o árduo processo de luta por demarcação das terras indígenas e prosseguir com o genocídio dos povos originários do Brasil. Na Argentina, a mobilização pela proibição da exploração mineral de multinacionais canadenses *Pan American Silver, Yamana Gold* na província de Chubut movimentou diversos grupos sociais nas ruas, especialmente indígenas, pedindo o apoio da comunidade internacional em favor da vida e da terra.

Além disso, este trimestre foi marcado por mobilizações populares em países como Colômbia, Venezuela, Uruguai e Argentina. O *Paro* marcou a história colombiana com uma série de protestos que já duram mais de 50 dias em diversas partes do país, em oposição a um conjunto de propostas de reformas e privatização nos campos da saúde, educação e segurança. O anúncio da reforma tributária representou o estopim das mobilizações, iniciadas em 28 de abril. O movimento contou com a participação de diversos sindicatos, camponeses, estudantes, indígenas e feministas, reunidos em um *Comite del Paro Nacional*. A violência estatal — pauta importante dos protestos — esteve presente com o uso excessivo da força policial, violência sexual, assassinatos e desaparecimentos de ativistas, ocasionando um altíssimo número de pessoas feridas e assassinadas durante as movimentações em todo o país. Contudo, a repressão estatal não calou o movimento, que segue pressionando por mudanças na política, na sociedade e na economia colombiana. No Uruguai, as passeatas se deram em torno da memória do Massacre de Salsipuedes — celebração e luta da nación Charrúa e dos povos indígenas —, da tradicional Marcha del Silencio — sobre os desaparecidos políticos na ditadura civil-militar uruguaia —, do movimento feminista contra o aumento da violência contra a mulher na pandemia, e das demandas sindicais por melhores condições de trabalho. Como consequência da crise sanitária, muitos destes atos apelaram para características simbólicas e ocorreram de forma virtual.

No mesmo período, observamos campanhas eleitorais e eleições em vários países da região, como poderá ser verificado na leitura dos textos, que ressaltaram problemas comuns à América Latina, como a descridibilidade e a violência nos processos democráticos. São assustadores os números que envolvem a violência política e os discursos que oficializam um giro ao autoritarismo — fantasma das feridas abertas na memória do continente. O total de 91 políticos assassinados durante a última campanha eleitoral no México, a perseguição e prisão de todos os candidatos às próximas eleições na Nicarágua, e o recente assassinato do presidente do Haiti, Jovenel Moïse, são



indicadores alarmantes de nossa frágil condição democrática. As contínuas denúncias de fraudes (não verificadas na prática) e a desqualificação dos tribunais eleitorais têm sido parte da retórica de políticos de perfil autoritário que lançam mão de estratégias assentadas na crescente descrença nas instituições democráticas frente à população. Em pesquisa de 2018 realizada pelo Latinobarômetro, a satisfação com a democracia alcançava apenas 24% dos entrevistados na região; em 2010, esse número chegava a 44%. A crise política ocorrida no Peru recentemente é exemplo emblemático dos riscos em curso. A candidata derrotada Keiko Fujimori frequentemente deslegitima os procedimentos e instâncias eleitorais, ao denunciar a ocorrência de fraudes no processo. Ao incitar uma desconfiança entre seus eleitores, mesmo que sem embasamento, gera um clima de agitação em que os embates políticos se dão nos termos de um ressentimento daqueles que se consideram "injustiçados". Em muito se assemelha ao que outras lideranças autoritárias aportaram aos processos eleitorais, como Bolsonaro, Ortega e Bukele.

No transcurso das diversas tensões políticas, econômicas e sociais, as conjunturas latino-americanas se entrecruzam. Nas ruas e nas redes, acompanhamos os desdobramentos da temporalidade pandêmica que por vezes a ultrapassam. O Comunica V é um esforço coletivo de compreender como novos e antigos reveses afetam o cotidiano latino e como os movimentos se organizam em tempos tão desafiadores. Nesta edição, acompanhados das ilustrações de Matheus Ribs, apresentamos monitoramentos de 18 países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, El Salvador, Equador, Guatemala, Haiti, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. Desejamos uma boa leitura.

**MONITORAMENTO  
DE  
PAÍSES**

# TERRITÓRIOS LIVRES!



## As contradições da esquerda latino-americana escancaradas na Argentina

Giovana Esther Zucatto<sup>1</sup>

No segundo trimestre de 2021, a Argentina foi assolada por uma segunda (ou terceira onda da pandemia do novo coronavírus. Nesse período, o país chegou ao recorde diário de casos — mais de 41 mil infecções foram registradas em 27 de maio. Ainda que a partir do início de junho a tendência tenha sido de queda de casos e óbitos, os patamares se mantêm acima do pico registrado no auge da primeira onda, em outubro do ano passado. Em 30 de junho de 2021, a Argentina somava mais de 4 milhões de casos e cerca de 93 mil óbitos causados pela covid-19. Paralelamente, a vacinação avança a passos lentos, em um ritmo muito semelhante ao do Brasil e de outros países da América Latina, com 16 milhões de pessoas vacinadas com a primeira dose e 4 milhões com a segunda dose ao final do mês de junho. A boa notícia é que o país já produz o imunizante Sputnik V e o princípio ativo da vacina da AstraZeneca, que é exportado para o México, onde é envasado.

No mesmo período, frente ao agravamento da pandemia, o governo argentino reinstalou medidas de isolamento social e controle do fluxo de pessoas. As restrições mais duras deram-se entre os dias 22 e 30 de maio em zonas de alto risco epidemiológico, com a suspensão de todas as atividades presenciais consideradas não-essenciais. Na esteira dessas medidas, foi anunciado o cancelamento da Copa América de futebol, prevista para junho no país, e que acabou acontecendo no Brasil. Em matéria de enfrentamento à crise econômica e social, os aposentados passaram a receber a partir de abril um acréscimo no pagamento como forma de compensar a inflação. Ainda em abril, o governo anunciou um auxílio de cerca de 15 mil pesos para beneficiários do Auxílio Universal por Filho e pequenos contribuintes, e aumentou o valor do vale-alimentação destinado a esses grupos. Em 17 de junho, o Ministro do Desenvolvimento Social, Daniel Arroyo, informou o pagamento de um auxílio de 6 mil pesos para os beneficiários do programa *Potenciar Trabajo*. Essas medidas são voltadas à substituição do *Ingreso Familiar de Emergencia* (IFE), auxílio emergencial que foi encerrado no final de 2020, e à contenção do aumento da pobreza no país, que já atinge 42% da população.

As reações às novas medidas de combate à pandemia aconteceram em todo o espectro político e social. Na direita, ocorreram novas passeatas contra a quarentena, à semelhança das que aconteceram ainda em 2020. Em 17 de abril, manifestantes marcharam em Buenos Aires exigindo o retorno das aulas presenciais. Já em 25 de maio, um dos principais feriados nacionais no país, foram registrados protestos da oposição em diversas cidades, desafiando a imposição de não-circulação de pessoas imposta para o período de 22 a 30 de maio. Além de questionarem a quarentena e o isolamento social, um signo muito presente nessas manifestações foram os pedidos de prisão da vice-presidenta Cristina Kirchner, por alegações de corrupção. Por outro lado, movimentos sociais e partidários à esquerda, alinhados ou não com o governo, demandaram uma ampliação da proteção social do governo, especialmente no que diz respeito ao IFE, já que sua cobertura atingia pelo menos quatro vezes mais pessoas que o programa *Potenciar Trabajo*. Em 8 de abril, logo após o anúncio de novas restrições, organizações de trabalhadores e movimentos sociais convocaram protestos pedindo por aumento de empregos, atualização do salário mínimo e incorporação de mais alimentos nos repasses para os *comedores sociales*. No dia 18 de junho, no entanto, organizações de esquerda levaram a cabo uma massiva manifestação em Buenos Aires sob o lema “*Gran unidad piquetera contra el ajuste*”. Entre as principais demandas, estavam o pagamento de um auxílio e a abertura de novas vagas no

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Sociologia pelo IESP-UERJ, com bolsa CNPq. Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina (NETSAL) e do Observatório Político Sul-Americano (OPSA). Coordenadora do Observatório Feminista de Relações Internacionais (OFRI). E-mail: giovanazucatto@gmail.com

programa *Potenciar Trabajo*, bem como o fornecimento de alimentos para refeitórios e cozinhas populares, e de vacinas para as lideranças sociais que atuam nesses espaços.

Como apresentado no último número desta publicação, cresce a contestação do projeto de rezoneamento mineiro na província de Chubhut. O projeto que foi apresentado pelo governador Mariano Arcioni, ligado à Frente de Todos, prevê a autorização da mineração em zonas da província que até então certas modalidades de mineração eram proibidas. Os movimentos opositores ao projeto defendem que ele teria impactos ambientais graves; denunciam também o favorecimento das mineradoras canadenses Pan-American Silver e Yamana Gold Inc. Em 6 de maio, um projeto encaminhado por iniciativa popular e que previa o fim da proposta de rezoneamento mineiro foi votado pela Assembleia Legislativa da província. No dia da votação, aconteceram vigílias para acompanhar o pleito, que acabou rejeitado. Em protesto, nos dias seguintes foram registrados bloqueios de estradas, principalmente nas Rutas 3 e 40, principais vias da região, além da ocupação pacífica da municipalidade de Esquel. No dia 9, novos protestos se deram em diversos municípios de Chubhut, e se somaram a um tuitaço com as hashtags #IniciativaPopularYA, #ChubutResiste, #RetirenLaZonificacion e #NosDebenUnaLey. Em 12 de maio, a justiça ordenou que a legislatura provincial suspendesse o tramitamento do projeto frente a um recurso legal apresentado pelas comunidades mapuche-tehuelches, que demandavam um processo de consulta e maior participação das lideranças sociais. Este recurso caiu em 15 de junho, e o projeto de lei pode ser novamente votado. A estimativa é que o governo já tenha votos suficientes para aprovar a lei de rezoneamento; no entanto, isso deve ficar para o final do ano, após as eleições legislativas.

Um dos grandes destaques em termos de mobilizações sociais na Argentina no segundo trimestre foram as manifestações e comemorações em junho, mês que marca internacionalmente a visibilidade LGBTI+. O ápice se deu no dia 28 de junho, quando ocorreu, em Buenos Aires, a sexta *Marcha Plurinacional Antirracista contra los Travesticidios, Transfemicidios y Transhomicidios*. Foi a primeira vez em que a Marcha acrescentou a expressão "transhomicídios" ao nome, uma decisão tomada conjuntamente por mais de 30 organizações LGBTI + que estiveram na organização do evento. Ainda em 24 de junho, o Senado argentino havia aprovado a Lei Nacional de Cota Trabalhista Trans e Travesti Lohana Berkins e Diana Sacayan. Esta lei prevê que 1% das vagas do funcionalismo público seja reservado para pessoas travestis, transexuais e transgêneros, e que deve haver incentivos econômicos para contratações no setor privado, buscando ampliar as oportunidades de acesso ao trabalho formal pelas populações trans e travesti. Por outro lado, ativistas LGBTI+ pontuaram que, embora a lei seja um avanço importante, carece de discussões sobre trabalho sexual e exclui identidades não-binárias, por exemplo.

Finalmente, não seria possível terminar este pequeno informe sem pautar as falas racistas e xenofóbicas feitas pelo presidente argentino em 9 de junho, quando Alberto Fernández, durante a visita do premiê da Espanha, Pedro Sánchez, disse que “os mexicanos saíram dos índios, os brasileiros saíram da selva, mas nós, os argentinos, chegamos de barcos” — referência equivocada do poeta mexicano Octavio Paz. O mandatário pediu desculpas, em sua conta no Twitter, a quem tivesse “se sentido ofendido ou invisibilizado”, e enalteceu uma “mistura dos povos” que seria a marca da América Latina. O posicionamento de Fernández demonstra de maneira muito evidente como o debate racial ainda é uma importante limitação mesmo dentro de setores tidos como mais progressistas, que ainda se apegam a uma suposta democracia racial como símbolo latino-americano.

## Mobilizações na Bolívia: internacionalismo e luta sócio-ambiental

Marília Closs<sup>1</sup>

Entre abril e junho deste ano, os números de casos e mortes por covid-19 voltaram a crescer. A campanha de vacinação está avançando: no final de junho, cerca de 16% da população já tinha a primeira dose da vacina e cerca de 6% já tinha as duas doses. Contudo, apesar da imunização crescente, a partir da segunda metade de maio, houve o surgimento de uma terceira onda. Em números de novos casos, maio foi o pior mês desde o início da pandemia e o mês com maior número de mortes em 2021. No entanto, mesmo com as emergências sanitárias, as principais agendas políticas seguiram ao redor das consequências do golpe de 2019 e seus desdobramentos. Além disso, em abril foi realizado o segundo turno das eleições regionais.

No dia 11 de abril, os resultados eleitorais indicaram uma diminuição do Movimento ao Socialismo (MAS), partido do presidente Luis Arce: o MAS perdeu os quatro departamentos — Tarija, Pando, La Paz e Chuquisaca — em que disputava o segundo turno. Com este resultado, o partido mantém o domínio sobre um número similar de municípios ao do ciclo eleitoral passado, mas governa agora somente 3 departamentos, e fica apenas com duas capitais: Sucre e Oruro. A oposição ao MAS, no entanto, está pulverizada em outros partidos menores. Este trimestre foi, também, de diminuição da intervenção nas ruas por parte do campo político ligado ao campo político masista; a maior parte dos movimentos está em momento de organização interna. Diversos movimentos convocaram um grande encontro para o dia 17 de abril com lideranças e autoridades, em defesa do governo de Luis Arce e da democracia.

A maior parte das ações deste campo se deu em torno de agendas internacionalistas. Nos dias 24 e 25 de abril, foi lançada, sob a liderança do ex-presidente Evo Morales, a Runasur. O lançamento se deu em Villa Tunari, no departamento de Cochabamba, e contou com organizações da Bolívia, da Argentina, do Equador e da Venezuela. O organismo foi criado como espaço de diálogo entre movimentos sociais latino-americanos. Além disso, movimentos sociais bolivianos, como as *Seis Federaciones del Trópico de Cochabamba*, enviaram delegações para o Congresso Bicentenário, realizado na Venezuela. Por fim, uma parte significativa das mobilizações (presenciais e virtuais) se direcionou em favor de Pedro Castillo — candidato presidencial do Peru —, dos protestos na Colômbia e pela luta palestina.

No dia 26 de maio, o Departamento de Estado dos EUA anunciou a prisão de Arturo Murillo, ex-ministro de governo do governo de Jeanine Áñez, e outros políticos e empresários bolivianos em Miami por suborno e lavagem de dinheiro. Em junho, tiveram sequência os julgamentos sobre o golpe de 2019. Carlos Mesa, ex-presidente do país, foi chamado para depor, mas se negou a fazê-lo sob justificativa de que não haveria base legal para o julgamento. A reportagem do The Intercept sobre os planejamentos de um segundo golpe após as eleições presidenciais de 2020 por parte do alto escalão do governo de Áñez também aumentou a tensão na Bolívia. No final de maio, Eduardo del Castillo, ministro de governo, denunciou que o Equador solicitou a devolução dos projéteis e granadas superfaturados que o governo de Áñez teria comprado. Pode-se ver que o campo político organizado ao redor do MAS e do Pacto de Unidade, neste trimestre, teve suas mobilizações centradas nas eleições, em agendas internacionais e em dinâmicas internas e/ou institucionais.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Ciência Política pelo IESP-UERJ. Contato: mariliacloss@gmail.com.

A oposição ao MAS à direita seguiu denunciando virtualmente o que chama de perseguição política, em função das prisões de ex-ministros do governo de Áñez. No entanto, diferentemente do trimestre passado, não se viu, nas ruas, mobilizações massificadas com estas demandas. Vale notar, porém, que a dimensão internacional da luta não ficou somente no campo à esquerda: o Comitê pró-Santa Cruz enviou uma carta a Jair Bolsonaro pedindo ajuda na instalação de uma comissão internacional de combate à corrupção e aos abusos de direitos humanos na Bolívia.

O 28 de junho, dia internacional do orgulho LGBTQ+, diferentemente de outros países da América Latina, não foi uma data de grandes mobilizações na Bolívia. Pode-se ver alguma ocupação de redes sociais com o tema, ainda que baixa. Além disso, cidades como La Paz e Cochabamba tiveram manifestações presenciais pequenas. Lembrou-se da memória de Pamela Valenzuela, liderança transsexual boliviana vítima de covid-19.

De forma mais localizada, os trabalhadores (terceirizados) da limpeza urbana de La Paz, em junho, se mantiveram paralisados por 3 dias, demandando de Ivan Arias, prefeito da cidade, o pagamento de seus salários, que estava atrasado. Em Santa Cruz, mais de 2 mil artistas marcharam em frente à prefeitura pedindo ações urgentes para garantir a estabilidade financeira da categoria, impactada pela pandemia e pelas medidas de isolamento social. Diferentes setores de transportes do país também passaram por protestos, dentre os quais se destacam os de trabalhadores da *Administración de Aeropuertos y Servicios Auxiliares a la Navegación Aérea* (Aasana), que tanto em maio quanto em junho suspenderam suas operações exigindo o pagamento de salários atrasados — sob coordenação da Central Obrera Boliviana (COB).

No plano das lutas sócio-ambientais, destacou-se a denúncia, por parte da *Mancomunidad de Comunidades Indígenas de los Ríos Beni, Tuichi y Quiquibey*, contra a *Autoridad Jurisdiccional Administrativa Minera* (AJAM) e o avanço extrativista sobre o Rio Beni, bem como a denúncia, por parte da *Coordinadora Nacional de Defensa de Territorios Indígenas Originarios Campesinos y Áreas Protegidas de Bolivia* (CONTIOCAP) e das comunidades do Alambrado, em Villa Montes, no departamento de Tarija, contra a YPFB e a Vintage Petroleum Boliviana por poluição do solo e da água. A CONTIOCAP também pede, desde abril, que Jacobo Copa Mamani, dirigente do *ayllu* Cala Cala, tenha direito a medidas cautelares de proteção. Mamani luta há mais de dez anos pelos direitos da sua comunidade e, com isso, denunciou a empresa Wari Marka; por esse motivo, hoje é perseguido, de acordo com a *Coordinadora*. A empresa acusa Mamani de atentar contra a propriedade privada. O pedido foi encaminhado ao governo e à Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Cabe notar, também, que avançaram medidas no sentido da construção de auto-governos por parte da nação Qhara Qhara. A *marka* Payaqullu, no município de San Lucas, no departamento de Chuquisaca, elegeu pela primeira vez seus representantes junto ao Conselho Municipal da cidade. No entanto, a comunidade denunciou o que chamou de “intromissão do MAS” no processo político local.

Por fim, em junho, tiveram continuidade os conflitos em Roboré, no departamento de Santa Cruz. Cívicos da região da Chiquitanía denunciam que as medidas tomadas pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA) estão se dando de forma ilegal, que há colonos avançando em terras não demarcadas e também denunciam o que chamam de *avasallamiento*, ou seja, apropriação de terras. Em maio, o Comitê Cívico de San Ignacio convocou uma assembleia “em defesa da terra” e contra as políticas do INRA.

## Do dia da mentira à mentira do dia a dia: Covid, Pão e Insurreição

Mariane Silva Reghim <sup>1</sup>

A situação da pandemia no Brasil permanece conforme relatado nos Comunicas anteriores: com algum grau de incerteza, instabilidade e desequilíbrios entre as diferentes esferas estatais. Mantemos altas taxas da média diária de mortes. No início de abril, observávamos uma taxa de 2.806 mortes, e no final de junho, após uma queda, a média contabilizada foi de 1.661. Em junho, alcançamos a quantidade de 500 mil vítimas da doença no país, o que vem sendo motivo de denúncias por entidades da sociedade civil e também institucionais. Considerando o atual estado da pandemia, junto ao interesse pelos dados de vítimas é também importante apontar para as informações acerca da vacinação no país. Estes apontam 48% da população maior de 18 anos vacinada com uma dose, e 16,8% da população já imunizada. Apesar dos números, é necessário aprofundar nos acontecimentos que permitiram que chegássemos até aqui.

As disputas em torno do tratamento, seja o supostamente precoce, seja a vacinação, estão colocadas no debate público nacional desde o ano passado e têm assumindo novos contornos conforme o andamento da CPI da Covid. Instaurada em abril de 2021 e com os trabalhos ainda em andamento, a CPI busca desvendar os meandros dos processos decisórios relativos à pandemia no Brasil. Para isso, tem contado com os depoimentos de ex-ministros da saúde, de especialistas no tema, funcionários públicos e também representantes das empresas que comercializam as vacinas. Até o momento, dentre as várias deposições, vale ressaltar o possível esquema de corrupção envolvendo a compra da covaxin (a denúncia é de que o governo estaria negociando se apropriar de 1 dólar de cada vacina comprada) e a postura do governo em não aceitar a oferta da pfizer, deixando de responder mais de 100 e-mails. Fica evidente também a produção de vacinas pela Fiocruz, que durante o trimestre entregou uma média de 20 milhões de doses por mês, garantindo a vacinação de parte da população, a despeito do presidente.

A CPI, dentre outros fatores, tem afetado a imagem de Bolsonaro, de modo que as pesquisas recentes apontam uma queda no seu apoio, enquanto Lula cresce nas intenções de voto para 2022. A verdade é que, ainda que de maneira informal, a disputa presidencial já começou. As cartas que estão sendo colocadas, até o momento, são a constante denúncia, por parte de Bolsonaro, de fraudes - não comprovadas - associadas às urnas eletrônicas; a esquerda que tem ocupado cada vez mais as ruas, denunciando a política de Bolsonaro; e uma outra disputa em torno da “3ª via”, que é caracterizada por aqueles que buscam se diferenciar de Bolsonaro e Lula, e se colocam como opção à polarização política instaurada.

O período foi marcado por intensas mobilizações populares, nas ruas e nas redes. No que ficou conhecido como Abril indígena ocorreu o Acampamento Terra Livre, um evento online que contou com uma programação de 25 dias de debate e defesa pela vida. Mas não parou por aí. O PL 490, conhecido como “marco temporal” esteve presente durante esses meses, uma vez que esteve na pauta do dia durante praticamente todo o mês de junho, mobilizando os povos indígenas em diversas cidades do país, inclusive manifestações em Brasília. A manifestação foi recebida com repressão por parte da polícia, que atirou balas de borracha e bombas de gás lacrimogêneo nas/os manifestantes. O PL foi aprovado pela CCJ e a votação na câmara está marcada para agosto, portanto a luta continua, como podemos ver pelas denúncias dos povos Yanomami e Munduruku. Também contamos com a mobilização online política cultural do dia de lutas camponesas.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Sociologia pelo IESP-UERJ. Integra o NETSAL e a CESP. E-mail: marianesreghim@gmail.com



Após um ano e meio de pandemia e sem perspectiva de seu fim, é possível perceber um aumento das mobilizações populares. Tivemos greve de trabalhadores da educação de Pernambuco em abril e greve de garis que estavam sem receber desde janeiro em João Pessoa, bem como a greve dos garis paulistas pela vacina em junho. As ruas nunca antes viram tantas motos reunidas. Em abril teve a motociata dos entregadores em São Paulo, reivindicando melhores condições de trabalho. Também em motos, Bolsonaro mobilizou sua base no Rio de Janeiro, em maio, e em São Paulo e Chapecó, em junho.

Bolsonaro permanece como um ator político central e em disputa no país. Em abril houve a mobilização internacional #BolsonaroGenocida. Maio iniciou sendo palco de extensivas manifestações no Brasil inteiro, que têm como slogan “Vacina no braço, comida no prato e Fora Bolsonaro”; teve entrega de comida no Rio Janeiro, ato da Gaviões da Fiel em São Paulo e evento online; também houve atos em defesa do presidente, com a hashtag #EuAutorizoPresidente, como uma resposta ao pedido do presidente para “tomar providência” às consequências da pandemia no país. No meio do mês o MTST se manifestou em diversas cidades do país. Assim como iniciou, o mês findou com mobilizações no Brasil inteiro, conhecidas como #29M, em defesa da vacina e contra Bolsonaro. Em Recife, a manifestação foi duramente reprimida pela polícia, de modo que um homem atingido perdeu seu olho. 19 de junho, #19J, dia em que atingimos a marca de 500 mil mortes por covid no país, a população mais uma vez ocupou as ruas em pelo menos 400 cidades, com estimativa da participação de pelo menos 750 mil pessoas em defesa da vacina, da vida e pelo fora Bolsonaro.

Um tema que permanece presente como central nas mobilizações populares, seja na sua denúncia, seja em maneiras de amenizá-la, é a fome; afinal, tem gente com fome. Durante esses três meses foram diversas as iniciativas de distribuição de alimentos por movimentos como MST e outras organizações populares; além de facilitação no acesso ao gás a preço mais justo, cozinhas solidárias, entre outros.

O 13 de maio teve manifestações organizadas pelo movimento negro em Salvador, São Paulo, Belo Horizonte, entre outros. As manifestações eram em defesa da vida, pela vacina e também de denúncia da chacina que ocorreu no início do mês na favela do Jacarezinho. Durante a operação policial no Rio de Janeiro, foram assassinadas pelo menos 25 pessoas, um dos números mais altos na história do país. Junho, o mês do orgulho LGBTQ+, teve, pelo segundo ano, uma versão online da famosa parada LGBTQ+ de São Paulo. Apesar da celebração ser um importante momento, o 1º semestre de 2021 foi marcado também pelo transfeminicídio e pela violência contra pessoas trans e LGBTQI+, conforme relatório da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), pelo menos 80 pessoas trans foram assassinadas no período.

Além da crise sanitária, o país também é assolado pela possibilidade de apagão energético e de dados. Após anúncio de  corte na verba do Censo, ficou impossibilitada a elaboração da pesquisa da situação populacional no país. As consequências quanto a isso podem ser trágicas, afinal é mais um período sem poder avaliar os efeitos de políticas públicas anteriores, bem como de traçar metas e objetivos exatos.

E, mais um vez, não há como deixar de mencionar as violações que têm sido cometidas por entidades estatais locais e regionais que insistem em remover populações de suas casas, mesmo sendo contra a legislação vigente. Foram identificadas remoções ilegais em Brasília, em Pernambuco e no estado do Rio de Janeiro.

“Com Bolsonaro, é 1º de abril todo dia”, segundo agências de checagens o presidente é um mestre das mentiras, tendo mentido pelo menos 3 vezes por dia de mandato, o que sugere que houve, até o momento pelo menos 3.151 mentiras identificadas desde que assumiu a presidência.

## Das cozinhas ao parlamento: a árdua batalha dos chilenos por vida digna

Lara Sartorio Gonçalves<sup>1</sup>

A pandemia não dá trégua nem ao país que mais vacina na América Latina. Desde o início do ano, o Chile vive um crescimento no número de contágios e mortes por covid-19. O país acumula um total de 1.555.902 casos diagnosticados e 32.545 mortes. Depois de uma leve estabilização nas taxas de contágio em maio, resultante da associação da ampla vacinação com rígida quarentena, outra vez uma tendência de subida se apresenta, a partir de junho. Apesar de já ter vacinado 46% da população com as duas doses, chama a atenção que os números não cedam. Alguns fatores explicam o aparente paradoxo, segundo especialistas: a vacinação expressiva ainda está distante dos 80% estimados pela OMS para uma proteção coletiva adequada; a circulação do vírus é potencializada com a chegada do inverno; o avanço da imunização acaba promovendo o relaxamento em outras medidas de prevenção da doença; as vacinas evitam o agravamento da doença, mas não impedem contágio e infecção. Segundo os principais hospitais de Santiago, cerca de 90% das internações graves por covid-19 são de pessoas que não completaram o esquema vacinal. Cabe destacar, porém, que foi identificado em estudo da Science que, no Chile, a condição socioeconômica determina a incidência de contágio e morte, o que demonstra as consequências críticas da desigualdade para a saúde.

Desde o início da pandemia, a queda do PIB, que significou uma redução de 5,8% em 2020, foi acompanhada de um aumento drástico da pobreza, passando de 8,1% para 12,1% da população nessa condição. As ruas chilenas vêm revivendo as cenas comuns à época da ditadura, de poblaciones callampas, com os acampamentos informais erguidos por famílias que ficaram sem moradia. Segundo a Fundación Techo, 167 novos acampamentos irregulares surgiram no último ano, e agora ao menos 81 mil famílias vivem em 969 assentamentos do tipo, contra 47 mil em 2019.

A incapacidade do presidente Sebastián Piñera de dar conta dos problemas do Chile se reflete na manutenção da rejeição histórica que vem enfrentando: 74% desaprovam seu governo, contra apenas 9% que ainda o aprovam. A campanha de vacinação mais célere de toda a região não foi capaz de amenizar sua situação (leia no Comunica IV), e a resistência do governo em aceitar os saques dos chilenos nos fundos de pensões segue impulsionando a impopularidade do presidente. Por fim, o congresso aprovou a medida, contrariando a vontade do chefe de Estado.

O desgaste da política de direita no Chile foi observado pelo mundo inteiro com a histórica eleição dos membros da Assembleia Constituinte. Desde os protestos de 2019, a população vem demonstrando sua revolta contra a desigualdade resultante das políticas neoliberais e das estruturas mantidas desde a época da ditadura. A Constituição chilena, herança da ditadura de Pinochet, é entendida como organizadora desses numerosos obstáculos à justiça social. A escolha dos 155 membros da Assembleia Constituinte, pré-estabelecida com paridade de gênero e 17 assentos reservados a representantes indígenas, surpreendeu ao eleger 101 candidatos independentes, de esquerda e centro-esquerda. Isso significa que a direita não chegou a garantir sequer um terço das vagas na assembleia, o que a deixa sem poder de veto. Há, portanto, grande expectativa de que a nova Constituição contemple boa parte das pautas progressistas que tomaram as ruas do país nos últimos anos. Serão ao menos nove meses de redação até que o novo documento seja apresentado e, em 2022, após as eleições presidenciais, a população decidirá em plebiscito se aceita ou não o texto — caso contrário, a atual Constituição segue valendo. Assim, segue ainda um clima de incerteza quanto aos novos rumos. Por essa razão, as ruas não se deram por satisfeitas e o movimento feminista, em especial, vem acompanhando de perto a Constituinte e já planeja um ato para o primeiro dia de

<sup>1</sup> Doutoranda e mestre em Sociologia pelo IESP-UERJ. Email: Larasartorio@hotmail.com

trabalho da Assembleia, agendado para o dia 4 de julho. A convocatória segue a palavra de ordem "A Constituição será feminista ou não será".

Também o segundo turno das eleições regionais confirmou, no dia 13 de junho, o giro à esquerda do Chile. Em 10 das 16 regiões do país a centro-esquerda e a esquerda serão governo. Isso em meio a uma conquista histórica: pela primeira vez a população chilena pôde votar para governadores regionais, antes nomeados pelo presidente. Esse processo foi acompanhado de jornadas de protestos de #FUERAPIÑERA. No dia 1 de junho, as manifestações ocorreram nacionalmente, reivindicando também a liberdade para todos os presos políticos.

Se por um lado a oposição vem alcançando espaços institucionais inéditos, mais do mesmo é visto quando o assunto é violência do Estado contra o povo mapuche. Alberto Curamil, conhecido mundialmente por sua injusta condenação a 50 anos de prisão, foi premiado por diversas organizações internacionais no ato de sua absolvição. Contudo, no fim de junho, apenas 18 meses depois de que as autoridades chilenas o libertaram, o líder indígena foi mais uma vez violentado e gravemente ferido pela polícia. Curamil estava protestando contra o ateamento de fogo em uma moradia mapuche por parte de agentes estatais quando, junto a outros manifestantes, foi atingido pela polícia. O caso de violência contra as manifestações ocorreu apenas uma semana depois de uma votação às pressas que garantiu a criação do Dia dos Povos Originários no país. A medida, que pegou muitos de surpresa, foi uma resposta do governo às pressões para que o feriado que celebra a chegada de Colombo às Américas fosse substituído pela homenagem aos povos originários que sobreviveram ao genocídio dos invasores europeus. Contudo, a medida do governo não substitui, mas apenas adiciona o novo feriado ao calendário. Em maio, um carabiniero foi morto em Collipulli, na região da Araucanía. O sul chileno vive um histórico conflito por terras, marcado por episódios violentos (leia no Comunica IV), com abusos policiais estarrecedores e respostas de grupos locais.

As ruas e redes também levantaram bandeiras e reproduziram hashtags pedindo "justiça por Fabiola Campillai", que mais uma vez teve o julgamento de seu agressor adiado. Fabiola perdeu totalmente sua visão após ser atacada com uma bomba de gás lacrimogêneo por um carabiniero em uma manifestação, em novembro de 2020. A impunidade e as lesões oculares como prática de violência da polícia militar chilena não são casos isolados.

No Mês do Orgulho da população LGBTIQ+, as manifestações se deram prioritariamente nas redes, levantando pautas voltadas para a defesa do casamento igualitário e da adoção homoparental, e contra a homofobia, lesbofobia, transfobia e bifobia. Como resposta, Piñera surpreendeu ao prometer apoiar o avanço da lei do casamento igualitário em caráter de urgência. "Acho que chegou o tempo do casamento igualitário", disse o presidente na tentativa de mitigar o desgaste de seu mandato. O pronunciamento vai na contramão de seus posicionamentos anteriores.

Por fim, as ollas comunes (explicadas em Comunicas anteriores) completaram um ano em maio e, apesar de terem reduzido bastante em número em relação ao ano anterior, estão cada vez mais organizadas e criativas em sua autogestão e redes de alimentos saudáveis e agroecológicos. O movimento é liderado por mulheres e pensa a urgência do combate à fome como solidariedade local. Alguns movimentos, contudo, iniciaram ollas itinerantes e outras expandem para acampamentos que também acolhem pessoas em situação de rua, protegendo-as do frio. "O povo ajuda o povo" como lema cabe muito bem a essas iniciativas, que, em larga maioria, se auto financiam por meio dos próprios vizinhos comprometidos com a ação: em iniciativas como rifas, eventos, trocas, e, em poucos casos, também com contribuições externas. Mais do que "ollas", são "comunes", e em muitos casos estão para além da distribuição de comidas (ver material completo sobre as ollas).

## El paro, repressão policial e pandemia: diversas facetas da crise na Colômbia

Paulo César Limongi de Lima Filho<sup>1</sup>

Segundo dados da John Hopkins University, referentes à pandemia de covid-19, o mês de junho foi um dos piores na Colômbia no quesito de novos casos. Entre 20 e 27 deste mês, foram registrados 30 mil casos, em média. A maior média já registrada até então. A título de exemplificação sobre avanço da contaminação, poderíamos citar que, no mesmo período do ano passado, a média girava em torno de 7.500 casos. Outro dado relevante sobre a contaminação no país é que no dia 21 de junho, o país registrou um recorde também na média de mortes, passando de 100 mil casos; ademais, no mesmo dia, o país bateu o recorde diário até então, registrando um total de 648 mortes. No que diz respeito à capacidade dos hospitais, as Unidades de Tratamento Intensivo em cidades como Bogotá, Cali e Medellín estão operando praticamente em níveis máximos. Neste cenário, há a possibilidade de que medicamentos e balões de oxigênio possam se tornar cada vez mais escassos, causando danos ainda mais severos para o sistema de saúde do país. Vale ressaltar que, mesmo com a drástica situação do país, as medidas de flexibilização, implementadas desde março de 2021 pelo governo de Ivan Duque, continuam em plena execução. Sobre a vacinação, em um país com uma população de 50 milhões de pessoas, foram vacinados com uma dose um total de 14,9 milhões e, com as duas doses, foram 4,78 milhões — o que representa 29,8% e 9,56% da população, respectivamente.

Neste cenário de avanço do vírus, a Colômbia perdeu uma das lideranças mais importantes do país, Raul Carvajal, que não resistiu à covid-19. Carvajal, ou Don Raul, como era chamado, teve seu filho, um cabo do Exército, assassinado depois que ele se negou a fazer os “falsos positivos”. Os “falsos positivos” eram assassinatos de civis cometidos de maneira extrajudicial durante o governo de Álvaro Uribe, na guerra civil (1964-1966). Estima-se que mais de 5 mil pessoas foram mortas através deste método. Don Raul foi um dos principais personagens na luta por justiça para as vítimas de tais atrocidades; ele percorreu o país, realizando protestos para que os responsáveis fossem levados ao tribunal. Recentemente, alguns casos dos “falsos positivos” foram julgados pelas cortes colombianas, porém aproximadamente 97% continuam sem respostas.

Apesar deste contexto, um dos maiores protestos da história recente do país eclodiu no segundo trimestre de 2021. No dia 25 de abril, em toda a Colômbia, vários movimentos sociais convocaram uma mobilização grevista que ficou conhecida como *El Paro*. Esse movimento se tornou um dos maiores da história do país, com praticamente dois meses de mobilização. Segundo o congresso dos povos, setores sindicais, camponeses, estudantes, movimentos feministas, deliberam pelo ato devido a seu descontentamento com o Plano de Desenvolvimento Nacional, o assassinato de lideranças políticas, e devido aos acordos não cumpridos por parte do governo federal. Além disso, a escalada da violência por parte do Esquadrão Móvel Anti-Distúrbio (ESMAD) também levou parte dos grupos sociais aos protestos. Mesmo com todas estas reivindicações, pode-se dizer que um dos estopins para o ocorrido foi uma reforma tributária proposta pelo atual presidente Ivan Duque. Segundo autoridades do governo, a reforma tributária seria utilizada para conter o “rombo fiscal” deixado pela pandemia. Ironicamente chamada de “Lei de Solidariedade Sustentável”, a reforma de Duque aumentaria preços de bens de consumo básico, como produtos alimentícios. Visto como um imposto de tipo regressivo, os setores mais pobres da população e a classe média seriam os mais penalizados pela reforma. Ademais, ainda para “conter gastos”, previa-se um aumento da base de pagadores de impostos. Com isso, setores das classes emergentes seriam responsáveis por pagar,

---

<sup>1</sup> É doutorando em sociologia pelo PPGS do IESP-UERJ, integra os grupos de pesquisa NETSAL, CASA e CRELIG. Email: paulocdelima@iesp.uerj.br

praticamente sozinhos, pela crise.

Outro grande estopim do paro foi a crise no sistema educacional: a política neoliberal do Estado colombiano, preconizada pelo ex-presidente Álvaro Uribe, promoveu o ensino privado e descentralizou os recursos destinados ao ensino público. Com isso, as universidades públicas colombianas sofrem com uma série de desgastes que levaram a um desmonte generalizado dos serviços oferecidos por estas instituições. Após este episódio, mas ainda em consequência dele, os estudantes foram forçados a cursar universidades privadas e, por consequência, contraíram dívidas absurdas. Estima-se que até 2021, os estudantes da rede privada acumularam um total de 18 bilhões de pesos em dívidas. Porém, é necessário mencionar que, em um episódio anterior, estudantes já haviam se reunido para tratar do problema, que já se mostrava pertinente há quase uma década. Em 2011, a chamada Mesa Ampla Nacional Estudantil (MANE) convocou uma forte mobilização dos/as estudantes e garantiu a permanência da Lei 30<sup>2</sup>, afastando o desligamento total do ensino público. Recentemente, um novo movimento estudantil, a União Nacional dos Estudantes do Ensino Superior (UNESS), tornou-se o maior expoente de divulgação e convocação de protestos. Com o intuito de ser um movimento nacional, a UNESS tenta concretizar um diálogo com todos os movimentos estudantis presentes nas universidades públicas do país. Em seu perfil no Instagram, é possível ter acesso a algumas bandeiras: melhoria do ensino público, uma reforma tributária justa, fim da política neoliberal e justiça para os jovens assassinados por forças policiais. A partir desta perspectiva, o movimento promove diversas chamadas de apoio ao *El Paro*, denunciando o projeto político do governo Duque

Sobre a violência estatal, até o início do mês de junho, o *El Paro* havia se estendido por aproximadamente 35 dias e se aproximou da cifra de 48 mortos e mais de mil feridos em confrontos diretos com a polícia, dentre os quais são 46 civis e 2 agentes do governo. É necessário frisar que este é o número oficial, cedido pelo Ministério da Defesa e que, segundo esse mesmo órgão, outros nove casos estão em processo de averiguação para saber a real causa dos óbitos. No que se refere aos mais de mil feridos, os maiores números de eventos se encontram em grandes cidades, como Bogotá, Cali, Neiva e Medellín. Por último, ainda segundo dados do governo, existem aproximadamente 111 pessoas que desapareceram durante as manifestações. Se sairmos dos números cedidos pelos órgãos oficiais e partimos para os obtidos com agências do terceiro setor, como do Instituto de Estudos Para o Desenvolvimento e Paz (INDEPAZ), até o dia 28 de junho encontramos um total de 74 vítimas. Uma grande parte dessas mortes é no departamento de Valle del Cauca, em Cali, um dos maiores epicentros das manifestações. Até o início de junho, o departamento possuía diversos bloqueios de estradas que impediam a circulação de pessoas. Com essa escusa, a polícia colombiana executou diversas ações com uso de força excessiva para eliminar qualquer espécie de manifestações. Outros departamentos nos quais *El Paro* seguiu com mais força foram Risaralda e Bogotá. Por último, gostaríamos de ressaltar que a maioria dos suspeitos de assassinar essas 74 pessoas são membros da ESMAD ou da polícia civil.

Em comemoração do mês do orgulho LGBTQIA+, ocorreu nas ruas de Bogotá a Marcha LGBT de Bogotá. A marcha ocorre desde 1996, e é um dos grandes atos políticos da comunidade; além deste aspecto, o evento é acompanhada de diversas manifestações culturais. Vale ressaltar que, durante o Paro, pessoas trans se posicionaram contra as medidas de gênero, perfomando de acordo com sua própria identidade de gênero. Todos estes protestos são de grande importância, uma vez que, só em 2020, foram assassinadas ao menos 75 pessoas LGBTQIA+ no país.

---

<sup>2</sup> A lei 30 garante que a universidade pública seja patrimônio nacional da colômbia

CONS  
TITU  
INTE



## Matar um leão por dia? Cuba entre obstáculos, avanços e autocrítica

Lara Sartorio Gonçalves<sup>1</sup>

Cuba está em seu pior momento em termos de níveis de transmissão da covid-19. O país chegou ao fim de junho com 190.993 casos acumulados e 1.284 mortes. O processo de vacinação vem avançando desigualmente na América Latina. No caso de Cuba, a pequena ilha sob embargo econômico terminou por desenvolver duas vacinas, cada uma no esquema de três doses. A primeira, Soberana 02, alcançou 62% de eficácia após a segunda dose. Já a segunda, Abdala — que leva o nome de um poema do escritor cubano e herói nacional, José Martí —, apresentou mais de 92% de eficácia após as duas doses, o que a torna um dos imunizantes mais eficazes contra o coronavírus desenvolvidos até agora. Cuba afirma que, tanto para Soberana 02 quanto para Abdala, os cientistas usaram uma tecnologia conhecida como "vacina de subunidade", na qual proteínas derivadas do vírus aliadas a outras proteínas são usadas para desencadear uma resposta imunológica.

O objetivo de Cuba é vacinar toda a sua população e com vacina própria. Levando em conta a complexa situação epidemiológica em que se encontra o país entre os meses de maio e junho — com recordes diários de contaminação por covid-19 (mais de 3 mil novos casos por dia) —, o processo de imunização da população vem sendo acelerado. Até o final do mês de junho, um em cada cinco cubanos já havia recebido ao menos uma dose de vacina. O novo plano para a prevenção e controle da covid-19 estabeleceu, no dia 29 de junho, um Grupo de Trabalho Temporário por município. Apesar de líder na corrida por vacinas contra a covid-19 na América Latina, Cuba sofre com a escassez de medicamentos, tornando a população vulnerável a doenças como diabetes, artrite e sarna. A vice-presidenta da BioCubaFarma, Tania Urquiza, responsabilizou o embargo dos Estados Unidos pela situação, uma vez que encarece a aquisição de medicamentos, tecnologias, matérias-primas e equipamentos, além de dificultar transações e o acesso a financiamentos externos. Uma campanha de solidariedade com Cuba que reúne mais de dez países está arrecadando fundos para comprar seringas para a imunização dos cubanos, sob o lema de “o bloqueio mata, e sua solidariedade mata o bloqueio”.

Desde 1992, a Assembleia Geral da ONU vota de maneira majoritária e incontestável pelo fim do embargo dos Estados Unidos contra Cuba. No último dia 23 de junho, foram 184 votos a favor, 2 contrários (EUA e Israel) e 3 abstenções (Brasil, Colômbia e Ucrânia). Somente em 2006 os EUA, junto a Israel, se abstiveram em vez de votar contrariamente. A expectativa de que Biden fosse se diferenciar da política de Trump contra Cuba caiu por terra. Somam-se mais de 240 medidas de embargo impostas ao país somente nos anos de governo Trump (2017-2020). Os enormes custos aos cubanos, e a catástrofe humana e financeira que o bloqueio representa, foi, na Assembleia Geral da ONU, contabilizada em um prejuízo de \$147.8 bilhões de dólares.

Em meados de abril, Raúl Castro anunciou oficialmente que não será mais o primeiro-secretário do Partido Comunista de Cuba (PCC). Com essa decisão, é formalmente findado o protagonismo dos irmãos Castro na política cubana, desde a Revolução de 1959. A relevância dessa transição simbólica não implica necessariamente em mudanças significativas na condução política, tendo em vista que, desde 2018, Miguel Díaz-Canel já ocupava o cargo máximo do Executivo. É notável, entretanto, uma oposição crescente ao governo. Desde o fim de 2020, o Movimento San Isidro, relatado no Comunica IV, organiza manifestações de rua e, mais recentemente, greve de fome. Os protestos, ainda que pouco numerosos, têm muita visibilidade nas manchetes fora de Cuba e são uma novidade para as ruas cubanas pós-revolução. O governo cubano tem respondido com repressão e se justifica com o argumento de que o grupo de artistas é financiado pelos EUA. Confirmada ou

<sup>1</sup> Doutoranda e mestre em Sociologia pelo IESP-UERJ. Email: Larasartorio@hotmail.com

não a acusação, o governo cubano manteve presos políticos vinculados ao movimento.

Em maio, foi amplamente divulgado o caso do artista cubano Luis Manuel Otero Alcántara, hospitalizado uma semana depois de se declarar em greve de fome. Segundo seus familiares, Otero foi mantido incomunicável por 29 dias no hospital. A mídia internacional ora noticia o caráter ditatorial e violador de direitos humanos do governo cubano, ora aponta que Otero encarna "tudo o que o regime reivindica promover e defender, mas na verdade não o faz: ele é um artista pobre e negro, que quer se expressar livremente e ter uma vida digna". Em resposta, o governo cubano apresentou laudos médicos atestando a boa condição de saúde de Otero e acusando os parlamentos europeu e estadunidense de conduzirem um falso debate sobre direitos humanos, dado sua seletividade. Os movimentos dissidentes em Cuba alegam, contudo, que os casos de censura e racismo na ilha não são eventos isolados.

Nesse contexto de mudanças, o país vem realizando uma série de autocríticas e avanços que despontaram nos últimos meses. O Dia do Orgulho LGBT, 17 de maio, foi celebrado dentro da Jornada Anual Contra a Homofobia e Transfobia, dedicada ao resgate dos direitos dessa comunidade e liderada pelo Centro Nacional de Educação Sexual. O presidente de Cuba, Miguel Díaz-Canel, compartilhou a campanha publicitária do Ministério da Cultura de Cuba manifestando o apoio a todo tipo de relação familiar e contra a discriminação, e também em comemoração ao Dia Internacional das Famílias. "Onde existe amor há uma família", afirmou. A peça publicitária mostra o amor de várias famílias: heterossexuais, homossexuais e com membros transgêneros. O dia foi celebrado na ilha com o Código da Família submetido a debate e referendo. Segundo o presidente, a discussão caminha no sentido da legalização do casamento igualitário, mas é mais do que isso. É sobre uma concepção mais ampla que abrange e implica toda a sociedade. Foi um longo processo de luta da população LGBT para chegar até esse momento, conhecido como Revolução LGBT de Cuba.

O drama da insuficiência alimentar é cada vez mais preocupante na ilha; não por menos o governo situa a agricultura como questão de segurança nacional. O agravamento da crise econômica, com a pandemia e com as políticas de embargo, tornou inviável a segurança alimentar de um país que importa 70% dos alimentos. Em abril, o governo lançou um pacote de 63 medidas destinadas à agricultura, que incluem: reduzir as tarifas de energia e água dos camponeses; diminuir o preço de rações e bioprodutos; além da autorização de venda e consumo da carne de vaca, leite e derivados após o encargo do Estado. É preciso plantar mais e garantir a melhor administração da terra cultivável por meio das cooperativas, segundo o Plano de Soberania Alimentar, que vem sendo tratado com o mesmo comprometimento que o combate à covid-19. Apesar de no país existir um movimento de agricultura urbana, suburbana e familiar que é referência no mundo, segue insuficiente para as necessidades e escala de produção e distribuição a nível nacional. Mesmo diante desse grave cenário, é preciso destacar o humor e a criatividade dos cubanos quando o assunto é solidariedade. As redes sociais Telegram e Facebook vêm sendo amplamente utilizadas para trocas e informes. São 13 grupos destinados para trocas em que cada pessoa manifesta o que tem e o que precisa, e também faz sua oferta. Há ainda 20 grupos em que são informados o abastecimento dos mercados e a situação das filas. Outro formato de grupo é o de receitas. Um deles, no Facebook, chamado "Receitas de mães cubanas", com 143 mil membros, é protagonizado por mulheres que adaptam receitas com alimentos acessíveis aos cubanos, diversificando um mesmo ingrediente. Diante da escassez, as cubanas recriam as dimensões da "família".



## El Salvador: retrocessos legislativos, golpe de Estado e Bitcoin

Simone da Silva Ribeiro Gomes<sup>1</sup>

El Salvador contabiliza 78.766 casos de covid-19 até o início de julho. Apesar do presidente Bukele ir ao *Twitter* para dizer que o país tem a vacinação mais veloz da América Central, a situação é preocupante, com 1.632 mortes até o momento. As doações de vacinas persistem, das doses recebidas da China e União Européia às doações para a vizinha Honduras.

Em abril, as mobilizações sindicais são frequentes. O Sindicato de Trabalhadores da Universidade de El Salvador (SITRAUES) denunciou irregularidades na contratação de novos professores e o Sindicato de Trabalhadores do Órgão Judicial (SITTOJ) protestou em frente ao Instituto Médico Legal (IML) contra desvios administrativos. Um protesto de associações de taxistas ocorreu em frente à Assembleia Legislativa para demandar uma simplificação no trâmite de documentos para poderem circular nas ruas, dado que a covid-19 teria dificultado seu trabalho. O Sindicato de Trabalhadores de San Marcos se mobilizou pela sua incorporação nas leis de carreira administrativa e a Associação Salvadoreña de Trabalhadores Municipales (ASTRAM), para a obtenção de combustível para a coleta de lixo. Integrantes do Fundo Solidário para a Saúde (FOSALUD) se concentraram em frente à prefeitura, em San Salvador, para denunciar irregularidades e demandar insumos médicos para o combate à pandemia. Já o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras de Saúde (SITRASALUD) denunciou demissões arbitrárias em hospitais públicos de todo o país. No dia 19 de abril, Dia Internacional da Mãe Terra, a Mesa pela Soberania Alimentar, composta por 19 organizações, demandou ao governo medidas para enfrentar a crise alimentar.

O 1º de maio, Dia do Trabalhador, foi marcado pela marcha de sindicalistas até a Casa Presidencial, na qual foram recebidos por Bukele para discutir melhores condições de trabalho. Na noite dessa data emblemática, o presidente dá o que foi considerado por muitos analistas um golpe de estado, ao destituir cinco juízes da Suprema Corte do país, além do procurador geral. Um dos juízes restantes, Raúl Melara, renunciou em seguida. A maioria obtida recentemente pelo governo na Assembleia Legislativa se mostrou importante neste momento, com a aprovação da manobra por 64 dos 84 deputados, membros dos partidos Nuevas Ideas, GANA, PCN e PDC — todos da base de Bukele. Em 9 de fevereiro do ano passado, outro ensaio despótico já tinha sido tentado, com a entrada do presidente na Assembleia junto ao Exército.

O golpe de estado de 2021 se desdobrou em muitas ocorrências. Os EUA redirecionaram parte do auxílio financeiro enviado ao governo para a sociedade civil, e Bukele, como de costume, respondeu no *Twitter* que estava “limpando a casa” e que a comunidade internacional não deveria interferir. O anúncio faz eco à noção recentemente difundida de que é assim que as democracias morrem, em que pese os protestos da sociedade civil contra o retrocesso. As manifestações na capital e em outros estados tinham um grito em comum: “Nayib fascista, vos sos un terrorista”. Logo em seguida, há a aprovação de leis impopulares, como a de imunidade penal para compras públicas durante a pandemia, conhecida como “Lei da impunidade”, consideradas as suspeitas de corrupção e compras irregulares no setor.

São iniciadas audiências públicas para investigar o massacre de El Mozote. Concomitantemente, as investigações começam a ser dificultadas, pois o governo burla, em junho, o artigo 19 da Ley de Acceso a la Información Pública (LAIP), legislação de 2019, e coloca esses

---

<sup>1</sup> Professora do departamento de Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Doutora em Sociologia pelo IESP-UERJ e pesquisadora associada do NETSAL. Email: simone.gomes@ufpel.edu.br

arquivos em confidencialidade por dois anos, dificultando as investigações das violações de direitos humanos ocorridas à época.

No final de abril ocorreu, em San Salvador, uma manifestação pela memória de Manuela, salvadorenha morta em 2010 enquanto cumpria uma pena de 30 anos por abortar. A legislação anti-aborto, considerada uma das mais draconianas do mundo, segue encarcerando mulheres jovens por abortos caseiros — como Sara Rogel, solta no dia 7 de junho após nove anos presa. Ainda em relação às manifestações, a Setorial de Prevenção Contra a Violência Social e Contra a Mulher denunciou o aumento nos índices de violência contra as mulheres no país. As pautas de gênero seguem presentes, com um protesto por uma lei de identidade de gênero para a população transgênero. San Salvador foi palco de uma marcha de orgulho LGBTQIA+ em 26 de junho. Ademais, ocorrem mobilizações #NiUnaMenos, disparadas pela descoberta de 42 cadáveres de mulheres na casa de um ex-policial em Chalchuapa. Finalmente, houve também uma mobilização da escola Pio Romero Bosque de Oratório de Concepción, em razão do feminicídio da professora Aracely Miranda Hernández, na cidade de Cojutepeque.

Há uma greve de fome de sete funcionários sumariamente demitidos da Assembleia Legislativa. Algumas semanas depois iniciam-se as (des)comemorações de dois anos do aniversário da gestão de Bukele. A rede Asociación de Radiodifusión Participativa de #ElSalvador (ARPAS) denunciou os retrocessos do período, junto à Coordinadora Salvadoreña de Movimientos Populares (CSMP) e outras organizações sindicais, que sinalizam inclusive para a crescente obstacularização da sindicalização dos trabalhadores. Outra pauta é a perseguição de grupos juvenis, denunciada pelo coletivo antifascista LSospechosos. Jovens ativistas realizaram um ato em San Salvador para cobrar o desarquivamento de recentes leis importantes, como a Lei de Água, da Identidade de gênero, propostas de reforma da legislação anti-aborto, entre outras. Diferentemente da autorização para a construção do controverso Valle El Ángel, desde os primeiros dias de governo, pauta que avança rapidamente sob o argumento de dinamização econômica. Em abril, ocorreu mais uma manifestação contra a construção, com a denúncia à Suprema Corte de Justiça, alegando inconstitucionalidade.

Junho inicia com o tumultuado anúncio feito no *Twitter* de uma Lei de instituição do bitcoin como moeda oficial, aprovada por 62 deputados, a ser implementada até setembro. A medida recebeu o apoio de entusiastas da criptomoeda, como Jack Mallers e Peter McCormack — esse último foi recebido pelo presidente, que segue negando o diálogo com ativistas para discutir a Lei de Águas. A legislação preocupa distintos coletivos e da Igreja Católica, que marchou junto no dia mundial do meio ambiente, 5 de junho. Enquanto isso, seguem os retrocessos no tema da memória do conflito armado, ocorrido entre 1981 e 1992. Coletivos de familiares das vítimas à época fizeram uma demanda pela instauração do dia 15 de março como Dia Nacional das Vítimas de Graves Violações do Conflito Armado. Há também a denúncia por parte do *Comité de Madres y Parientes de Prisioneros, Desaparecidos y Mártires Políticos de El Salvador* (COMADRES) de uma invasão em sua sede na capital, em que documentos relevantes desapareceram. O coletivo Aliança El Salvador pela Paz, realizou um protesto para a inclusão de 150 mil ex-combatentes nos programas de transferências de terras do conflito armado.

## Luzes na noite equatoriana

Daniel Henrique da Mota Ferreira<sup>1</sup>

Passado mais de um ano desde o início da pandemia, o Equador atingiu a marca de 21,56 mil mortes oficiais em 30 de junho. O número, porém, está muito longe da realidade quando se analisam as mortes em excesso (média de mortes em relação ao ano anterior à pandemia). Primeiro país da América Latina a entrar em colapso, o Estado equatoriano demonstrou uma resposta mais lenta do que deveria em sua vacinação por sucessivos escândalos e falhas de administração que fazem alongar a sombra do vírus. No fim do semestre, apenas 8% da população estava totalmente vacinada.

A incompetência nos planos de vacinação levaram mais um ministro da saúde a cair ainda no governo Moreno. Após Zevallos e Farfán (vice-ministro) perderem seus cargos ainda no trimestre passado por escândalo de lista VIP da vacina, o ministro Mauro Falconi, que havia assumido em 20 de março, foi afastado no dia 8 de abril por mal planejamento na distribuição das doses, levando a filas prolongadas e resultados pífios. Mesmo com a entrada de Camilo Aurelio Salinas na pasta, houve revoltas da população e do setor médico, nesse caso, devido à ausência de equipamentos hospitalares.

Nesse cenário calamitoso da saúde, em 11 de abril, os equatorianos foram às urnas para decidir o futuro governo do país. O candidato conservador Guillermo Lasso venceu a disputa contra o candidato favorito candidato Andrés Arauz, ligado à esquerda tradicional correísta. O resultado também demonstrou a força do movimento indígena, pois, em torno a sua campanha de voto nulo — nulo ideológico —, as regiões com maior influência indígenas manifestaram uma alta abstenção.

As figuras políticas que não respaldaram a decisão foram expulsas do Pachakutik (PK) — partido-movimento indígena —, como no caso de Jaime Vargas, presidente da CONAIE, que havia declarado apoio a Arauz. Vargas foi ainda destituído de sua função como presidente da confederação pelo próprio movimento, em 11 de maio. A anulação do voto tem a ver com o projeto de desenvolvimento extrativista e a criminalização do movimento comum aos dois partidos.

Para lidar com as demandas populares em meio à crise sanitária, o governo tem margem de manobra reduzida. A debilidade partidária de Lasso o levou a firmar acordos com os demais partidos anti-correístas, abrindo espaço para que Guadalupe Llori, do PK, se tornasse presidente da Câmara em meados de maio. Esse acordo político trouxe também fortes críticas da base indígena ao PK. A principal voz foi a do ex-candidato Yaku Pérez, o qual anunciou sua desfiliação do partido por acreditar que eles se aliaram à “oligarquia”, ao “extrativismo”, e à “criminalização dos protestos sociais” ao firmarem acordos com o “neoliberal” Lasso.

Lasso, portanto, ao manter a orientação neoliberal de Moreno, herdou as pressões dos movimentos e protestos sociais de seu antecessor. Em concordância com o espírito das críticas de Pérez ao governo, as pautas ecológicas mantiveram-se em alta durante o trimestre. Em 7 de abril, completou-se um ano do derrame de petróleo causado pela Petroecuador nos rios Coca e Napo, destruindo um ecossistema que alimentava mais de 120 mil famílias no meio da pandemia. Ainda que o governo tenha evitado fazer maiores reparações, a pressão nacional e internacional colocada por indígenas e ativistas de direitos humanos, manifestada na hashtag #SOSderrameAmazonia, tem servido para pressionar a justiça. Nesse sentido, destaca-se a marcha de centenas de indígenas à província de Orellana para reverter a decisão judicial. A visibilidade internacional das lutas indígenas têm demonstrado frutos, como se vê na desistência do banco francês Natixis de financiar a exploração de óleo na região amazônica, em abril.

Já em 10 de maio, a comunidade Kichwa, de Los Éden, bloqueou as principais vias de acesso

<sup>1</sup> Doutorando em Sociologia pelo IESP-UERJ. É membro do NETSAL. Email: danielhmf@iesp.uerj.br

ao poço petrolífero da Petroecuador, pois esta não aceitou as propostas da comunidade para um novo convênio. A empresa procurou militares para terminar com a barreira, mas os protestos seguiram durante todo o mês e também o seguinte.

Na capital Quito, o movimento *Quito Libre de Minería* procurou mobilizar a cidade contra a concessão de 65% da região do Choco Andino para a atividade mineradora. A região já havia sido declarada a 7ª reserva de biosfera equatoriana pela Unesco em 2018 e, em 2008, haviam sido firmados acordos para a sua proteção. O movimento buscou pressionar em duas frentes: conscientizando a população com atividades culturais e com a venda de produtos agroecológicos pelo lado societal, com destaque para suas atividades culturais no dia 05 de junho; e, no lado estatal, ao passar uma ação na Corte Constitucional, proposta no início de abril, exigindo que haja consulta à população local para saber seu interesse nas concessões.

O movimento feminista também conseguiu pressionar as instituições com ativismos físicos e digitais. Em decisão histórica no dia 28 de abril, a Suprema Corte equatoriana firmou entendimento a favor da despenalização do aborto em caso de violação. Com a decisão, abriu-se espaço para a criação, em conjunto com os movimentos feministas, de uma lei que regularizasse a prática. 151 organizações e coletivos de mulheres e feministas se juntaram à causa com propostas que tivessem em vista a conscientização das mulheres sobre o direito adquirido e as garantias ao testemunho da vítima como principal meio de prova. Também o movimento feminista se declarou contrário a qualquer exame ginecológico para aprovação do aborto, por considerar revitimizante.

Em linha contrária, a Corte Constitucional catalisou a revolta dos educadores equatorianos após decidir pela suspensão da Lei Orgânica de Educação Intercultural (LOEI), acolhendo pedidos de medida cautelar para julgar sua inconstitucionalidade devido à questão orçamentária. A lei trazia uma reformulação do currículo para abraçar a cultura e a história locais em chave plurinacional; a inclusão digital; e também um reajuste salarial de 42%, principal motivo da suspensão. Por conta da suspensão, protestos foram convocados pela União Nacional dos Educadores (UNE) em 2 de junho, contando com a participação de milhares de professores. Em 28 de junho, professores dessangraram-se em novo ato da UNE em defesa da LOEI.

Os protestos convocados pelo Movimento Indígena e Campesino de Cotopaxi para o dia 11 também contaram com a participação da UNE e da FUT. O motivo foi o aumento de quase 50% nos preços dos combustíveis no último ano, motivo similar ao que levou as revoltas de outubro de 2019. Assim como aquelas, as atuais foram lideradas por Leonidas Salazar, o qual buscava se legitimar em seu pleito à CONAIE e criar pressão sobre o PK. Em 26 de junho, Salazar se tornou presidente da confederação com folga. Essa vitória é vista com preocupação para as forças do governo e pode indicar uma futura radicalização do movimento e partido, num processo inspirado no sucesso de Castillo no Peru.

Os protestos de junho deixam claro que as ruas não seguirão o governo. Lasso, portanto, abre diálogos, como demonstra sua decisão de acatar o pedido feito pelas organizações LGBTI à presidência e às prefeituras de Quito e Guayaquil de iluminar com as cores da bandeira do movimento os monumentos oficiais e históricos, no dia 28 de junho. A comemoração do orgulho LGBTI, mais uma vez ocorreu principalmente pelos meios digitais, como forma de evitar aglomerações, mas ainda assim foi possível ver bandeiras hasteadas para comemorar os assassinatos por LGBTIfobia. A explosão de cores na noite equatoriana lembrava a diversidade do movimento, mas também parecia um auspício de que, ante a noite pela qual o Equador passava, os movimentos e as lutas sociais são capazes de iluminar vias.

## Guatemala: crise migratória e direitos humanos na pandemia

Lívia Alcântara<sup>1</sup>

A Guatemala fechou o primeiro semestre de 2021 com 293.583 infectados pelo coronavírus e 9.215 mortes, segundo dados de 29 de junho, disponíveis no jornal Prensa Comunitária. Até então, menos de 5% da população havia sido vacinada com a primeira dose, enquanto na Costa Rica, El Salvador e Panamá a vacinação alcançava entre 20% e 30% da população. O país ainda carece de uma legislação que agilize o recebimento de vacinas e, por isso, no final de junho, 300 mil doses das vacinas do COVAX Facility e meio milhão de doses doadas pelos EUA não puderam entrar no país. Com a hashtag #XelaSeLevanta, manifestantes foram às ruas em 8 maio para cobrar vacinas e informações sobre as novas variantes que circulam no país. Anteriormente, no dia 1 de maio, trabalhadores da saúde também protestaram por melhores condições laborais.

Em relação à emigração de guatemaltecos em busca de melhores condições de vida, as negociações diplomáticas se intensificaram. Em abril, o país recebeu a visita de Ricardo Zúñiga, encarregado dos Estados Unidos pela política migratória. Depois, foi a vez da polêmica sobre um suposto acordo assinado entre Estados Unidos, México, Honduras e Guatemala para que os três últimos países deslocassem tropas militares para suas fronteiras a fim de frear a migração. A informação foi desmentida pelos governos da Guatemala e Honduras. Em maio, aconteceu a visita do Ministro do Exterior da Guatemala a abrigos de migrantes (inclusive menores) no Texas. E, em junho, Kamala Harris, vice-presidenta dos Estados Unidos, visitou El Salvador, Guatemala e Honduras para discutir uma agenda de combate à migração ilegal.

A vice-presidenta anunciou US\$ 4 bilhões em ajuda ao longo de quatro anos, além de US\$ 310 milhões emergenciais para a covid-19 para os três países. Marisa León-Gómez Sonet, associada legislativa de migração e refugiados no *Friends Committee on National Legislation*, aponta que se os recursos forem para as mãos dos militares, eles podem ser pouco efetivos para solucionar as causas da migração. Na Guatemala, Kamala Harris acordou uma agenda bilateral com o presidente Alejandro Giammattei e também se reuniu com Rigoberta Menchú, Prêmio Nobel da Paz de 1992, e outros ativistas. A região recebeu, ainda, a visita da representante da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid) para tratar do mesmo tema.

Críticos apontam que estas negociações desconsideram o contexto de corrupção no país e apontam o alto risco de que o recurso não chegue aos que necessitam, como os que vivem em situação de insegurança alimentar. O tema da corrupção nas altas cortes de justiça revela um contexto democrático instável. Em abril, aconteceram manifestações contra a eleição dos magistrados da *Corte de Constitucionalidad (CC)*, acusados de serem corruptos e ligados a interesses presidenciais (#PactoDeCorruptos). Ao mesmo tempo, juízes envolvidos na condenação de membros do alto escalão da política guatemalteca denunciaram estar sendo perseguidos por homens armados e não identificados. No dia 5 de junho, estudantes e outros cidadãos convocaram uma manifestação contra a corrupção e o atual presidente. Na ocasião, também protestaram contra a detenção descabida do advogado Juan Francisco Solórzano Foppa, que iniciou processos penais por evasão fiscal contra grandes contribuintes da elite empresarial.

Para além do caso de Foppa, a lista das detenções arbitrárias de defensores de direitos humanos é longa. Ainda em maio, Arnulfo Oxlej, filósofo maya K'iche' e sobrevivente do massacre

---

<sup>1</sup> Doutora e mestra em sociologia (IESP-UERJ) e graduada em jornalismo. Pesquisadora associada do Núcleo de Teoria Social e América Latina, junto ao qual desenvolve pesquisas em ativismo digital. Atualmente trabalha com comunicação socioambiental. E-mail: livia04alcantara@gmail.com

de 116 crianças de Chiul, foi detido em San Juan La Laguna. Após sete dias, foi solto por falta de provas. Manifestantes também têm realizado uma luta contínua pela liberdade para Bernardo Caal Xol ([#LibertadBernardoCaal](#)), preso por defender o rio Cahabón do mega empreendimento hidrelétrico pertencente ao empresário espanhol e presidente do Real Madrid, Florentino Pérez. Em junho, a organização *Unidad de Protección a Defensoras y Defensores de Derechos Humanos* denunciou a prisão arbitrária de 21 defensores do território Chicoyogüito, ocorrida durante um protesto pacífico realizado anualmente pela comunidade indígena.

A repetição de casos de criminalização dos defensores de direitos humanos é frequente nos noticiários. Em maio, aconteceu a audiência de oferecimento de provas de María Choc, defensora de El Estor (Izabal), uma zona de resistência contra as empresas de mineração e monocultivo. No fim de junho, 35 famílias camponesas Maya Q'eqchi', da mesma região, foram desalojadas. Houve continuidade do julgamento de Anastasia Mejía, jornalista comunitária que, junto com outras seis pessoas, foi processada por participar de uma manifestação contra o prefeito de Joyabaj, em agosto de 2020. A publicação La Cuerda denunciou o adiamento recorrente dos julgamentos, enquanto os defensores seguem sendo criminalizados.

Em abril, assassinaram Emilio Aguilar, defensor comunitário e integrante do *Comité de Desarrollo Campesino (Codeca)*. Em junho, assassinaram duas mulheres transexuais: a conhecida Andrea González, presidenta da *Otrans RN Reinas de la Noche*, e Cecy Caricia Ixpata, integrante da *Redtrans*. Segundo o relatório da organização *Front Line Defenders (FLD)* para a América, em 2020 foram assassinados 15 defensores e defensoras de direitos humanos no país. Manifestações feministas simbólicas como a re-nomeação de ruas têm sido realizadas para denunciar as violências contra as mulheres, que chegaram ao número alarmante de quase 300 mil casos entre 2017 e 2020.

As restrições de liberdade de organização política na Guatemala pode ser sintetizada pela aprovação da #LeyMordaza contra as organizações não governamentais (ONGs). Em maio, após a CC referendar o texto, mais de 200 organizações da Guatemala se manifestaram contra a lei, que concede ao Executivo o poder de fechar as ONGs. Após sua entrada em vigor no dia 21 de junho, uma dezena de organizações de direitos humanos apresentaram recursos de inconstitucionalidade à CC.

A liberdade de imprensa, que não é gozada plenamente no país, foi ainda mais abalada durante a pandemia. Segundo a classificação dos Repórteres sem Fronteiras, publicada em abril, o país ocupa o 116º lugar entre os 180 países analisados. Só nos primeiros 11 meses do governo de Giammattei, a *Asociación de Periodistas de Guatemala (APG)* registrou 124 agressões contra a imprensa.

Outras lutas também marcaram o período. Em 17 de junho, organizações da *Red Nacional por la Defensa de la Soberanía Alimentaria en Guatemala* protestaram contra um novo regulamento dos transgênicos em frente à CC. Nos cartazes, levaram os seguintes dizeres: “*CC no queremos transgênicos*”, “*nuestro maíz es sagrado*”, “*nuestras semillas son nuestra identidad*”. Em junho, aconteceu o fórum de mulheres mayas que estão enfrentando a pandemia. Na ocasião, elas lançaram a campanha “*Demandas y realidades de las mujeres mayas frente a la COVID-19*”.

O caso “Diário Militar” também movimentou o país, com a prisão de 11 ex-militares e policiais acusados de sequestro, tortura e desaparecimento forçado de, ao menos, 183 pessoas nos anos 1980, durante a guerra civil na Guatemala (1960-1996).

Depois de uma temporada de furacões e de o vulcão Pacaya, que estava em erupção desde 5 de fevereiro, finalizar suas atividades em 23 de abril, em junho o país enfrenta uma forte temporada de chuvas, que até o fim do semestre já havia afetado quase 340 mil pessoas e deixado 4,6 mil delas desalojadas.

## Uma outra vez a tragédia haitiana

Daniel Henrique da Mota Ferreira<sup>1</sup>

Pedro Demenech<sup>2</sup>

O Haiti, único país do Ocidente sem vacinas contra a covid-19, acumula 425 mortes confirmadas, aproximadamente 37 mortes por milhão de habitantes, de um total de 18.552 casos confirmados. Até janeiro, o maior pico da pandemia havia sido de 287 casos. Agora, essa nova onda alcançou o pico de 542 novos casos, um aumento de 88,85% em comparação ao período anterior. Mas, a ausência de testagem em massa e de estatísticas confiáveis impossibilitam a criação de políticas públicas para conter o avanço da doença e, uma outra vez, o país enfrenta uma crise humanitária. Some-se a isso que o presidente à época, Jovenel Moïse, recusou o recebimento das doses de Astrazeneca que o país teria direito pelo consórcio *COVAX Facility*, em abril, sob alegação de que não haveria interesse da população e que o Haiti estava melhor que os países do norte. Assim, a covid-19 segue se espalhando e fazendo novas vítimas, como René Sylvestre, presidente da Corte de Cassação, a corte superior haitiana, e do Conselho Superior do Poder Judiciário (CSPJ).

O alastramento da doença é intensificado pela guerra de gangues. Em abril, o G9, federação das gangues mais fortes de Porto Príncipe, liderada por Jimmy “Barbecue” Chérizier, tomou o bairro de Bel Air. Esse ataque causou ao menos 13 mortes e o incêndio de dezenas de lares, de acordo com a Rede Nacional de Defesa dos Direitos Humanos no Haiti (RNDDH). Conflitos como esse em Bel Air aumentaram o número de refugiados internos que buscam abrigos em centros esportivos, aglomerando-se com outras famílias. Entre maio e junho, a guerra entre as gangues contribuiu para o aumento do preço da gasolina e para criar zonas em que a ajuda humanitária não chega — como no caso dos orfanatos que ficam desabastecidos de comida.

O governo, por sua vez, costuma ser conivente com as gangues e evita o conflito direto. Para a oposição, o presidente estaria envolvido com o G9 e ganharia com este caos, pois isso serviria para concentrar mais poderes de exceção e controlar as regiões mais pobres. Mas a especulada aliança com Moïse parece ter se rompido. “Barbecue” Chérizier, líder da gangue, ao final de junho, aparece em vídeo convocando a população para uma “revolução” contra o *Parti Haïtien Tèt Kale* (PHTK), partido de Moïse, e a exploração da elite econômica. Nesse mesmo dia, o G9 anunciou uma mudança em seu nome, passando a ser agora oficialmente “forças Revolucionárias da família e aliados G-9”.

O aumento da violência não impediu que a oposição ao referendo constitucional seguisse ativa nas ruas. Nos dias 28 a 29 de março, no aniversário da Constituição de 1987, houve manifestações que levaram milhares de pessoas às ruas em defesa da Carta Magna — figuras da oposição e cartazes chamavam o presidente de ditador e de terrorista, especialmente pelo aumento da violência. Em maio, as manifestações seguiram ocorrendo. No dia 18, quando foi celebrado o dia da bandeira haitiana, o governo comemorou a data com um desfile. A oposição, por sua vez, convocou manifestações em que placas com publicidade do referendo foram queimadas e o segurança de um político foi baleado. Na díaspóra haitiana, também houve protestos contra o governo, principalmente em Washington, Nova York e na Flórida. Ao final do mês, o *Mouvement de Liberté d'Égalité des Haïtiens pour la Fraternité* (MOLEGHAF) organizou protestos com a mesma pauta.

A escalada da violência, no mês de junho, culminou no assassinato do radialista e jornalista Diego Charles e da ativista política e porta-voz da organização comunitária Matris Liberasyon,

<sup>1</sup> Doutorando em Sociologia pelo IESP-UERJ. Pesquisador do NETSAL. Email: danielhmf@iesp.uerj.br

<sup>2</sup> Bolsista de pós-doutorado Nota 10 da FAPERJ. Pesquisador do NETSAL. Email: p\_demenech@yahoo.com.br

Antoinette Duclaire. Ambos eram vozes de oposição ao governo que já temiam por suas vidas. Ao todo, 15 pessoas morreram, em uma madrugada, em ataques coordenados em diversos bairros, deixando poucas dúvidas à Polícia Nacional Haitiana de que fora a ação de um grupo organizado.

Ao chegar em junho em meio a uma avassaladora crise de violência e sob protestos populares, o Conselho Eleitoral Provisório (CEP) decidiu adiar o referendo sobre a nova Constituição, originalmente convocado para o dia 27 de junho, sob o argumento de que a pandemia estava se alastrando. Agora, a nova data será no dia 26 de setembro, mesmo dia das eleições haitianas. Também sob alegação exclusiva da pandemia, o Executivo decretou estado de emergência na contenção do vírus. Com esse intuito, certas medidas foram tomadas.

No dia 29 de junho, empresas privadas receberam autorização para importar vacinas. O Ministério da Saúde Pública e População (MSPP) requereu que os importadores compartilhem informações sobre a composição, a quantidade e a validade das doses, bem como os equipamentos usados para manter as vacinas refrigeradas.

Um exemplo disso se dá em como a desigualdade e a pobreza afetam, sobretudo, as mulheres, que representam mais de 50% da população haitiana. A feminização da pobreza se reflete nos baixos níveis de escolaridade, na precariedade dos salários — dado que elas são maioria no setor informal —, na ausência de seguridade social entre 55,9% delas e na pouca presença das mulheres nos empregos formais (30%). Esses fatores explicam a entrada precoce e sem qualificação das jovens/adultas no mercado de trabalho. Consequentemente, sem opções, muitas acabam se prostituindo para garantir o sustento cotidiano e de suas famílias. Para Yolette André Jeanty, coordenadora da organização feminista Kay Fanm, durante a pandemia a prostituição tende a aumentar em vez de diminuir.

Na educação, os professores do ensino básico, além de enfrentar a pandemia, lidam com a falta de condições para o trabalho e com a falta de pagamento que já dura vários meses. Em abril, o sindicato dos professores declarou greve, exigindo ao Ministério da Educação que tomasse providências e encontrasse uma solução para esses problemas. Por causa da greve, os alunos protestaram pela volta das aulas.

Em junho, no mês do orgulho LGBT, não houve comemorações no Haiti e nem protestos, devido à homofobia na sociedade que se intensifica no presente estado de crise de segurança. Entretanto, o primeiro coletivo e um dos poucos que defendem a causa LGBT, Kouraj, conseguiu um financiamento internacional para ajudar nas causas da comunidade no país.

Por causa desses problemas e da crescente insegurança, muitos haitianos, especialmente os jovens, migram para a República Dominicana, país vizinho, onde as condições econômicas e de vida são melhores. Embora haja preconceito, esses imigrantes deixam seu país com a intenção de encontrar uma situação mais favorável e estável. Desde maio, por causa de uma disputa territorial gerada pela construção de um canal no lado haitiano do rio Massacre, a presidência dominicana pediu às autoridades haitianas para cessar a obra. Esse fato, além de acirrar os ânimos, tem contribuído para degradar ainda mais as relações entre os países, que, por conta de impulsos nacionalistas por parte do governo dominicano, em nada favorecem o Haiti.

A história haitiana, uma outra vez, se repete como tragédia. A atual crise, agravada especialmente pela covid-19 e pela violência das gangues, escancara a condição de um Haiti, cuja condição de pobreza, desigualdades gritantes e ausência de capacidade de Estado para a saúde, ofuscam o caminho para escapar às tragédias.



O início de 2021 foi pautado pelo pico de óbitos e casos de covid-19 no México. Nos meses seguintes, a pandemia pareceu ter arrefecido, com queda nos números diários. Contudo, junho apontou para um novo aumento de infecções. O país encerrou o primeiro semestre do ano com 233.047 mortes por covid-19. No entanto, é importante ter em mente a subnotificação de mortes, alertada inclusive em informe do governo (ver Comunica IV). A vacinação, iniciada em dezembro, ocorre com 6 vacinas (AstraZeneca, CanSino, Pfizer, Sinovac, Sputnik V e, recentemente, Janssen). Segundo a Secretaria de Saúde, mais de 45 milhões de doses foram aplicadas. Do total de cerca de 127 milhões de habitantes, 31 milhões foram imunizados; 19 milhões com imunização completa.

As eleições de 6 de junho foram as maiores já realizadas no país: houve a renovação das 500 cadeiras da Câmara de Deputados, de 15 governos de estados (dos 32 que compõem o país, contando o distrito federal) e de milhares de cargos estaduais e municipais. As eleições presidenciais, por sua vez, ocorrem a cada 6 anos, sem possibilidade de reeleição. Com isso, essas eleições de junho, praticamente na metade do mandato de López Obrador (Morena, 2018-2024), foram uma espécie de termômetro. O grupo de oposição ao governo é composto pelo Partido Revolucionário Institucional, que esteve na presidência por cerca de 70 anos do século passado e no mandato 2012-2018; pelo Partido de Ação Nacional, sigla conservadora que teve presidentes de 2000 a 2012; e pelo Partido da Revolução Democrática, antigo partido de Obrador. A situação se aglutina na coligação *Juntos Haremos Historia*, à suposta esquerda, com Movimento Regeneração Nacional, criado por Obrador em 2014, Partido Verde Ecologista do México e Partido do Trabalho.

Na Câmara de Deputados, Obrador não chegou à maioria qualificada (dois terços), o que lhe permitiria fazer reformas constitucionais. Apesar da queda (Morena foi de 256 a 197 cadeiras; PVEM de 11 a 44; e PT de 46 a 38), AMLO conta com maioria simples. A oposição, por sua vez, cresceu: o PAN foi de 77 a 111 assentos; o PRI, de 48 a 69; e o PRD, de 12 a 17. Dos 15 estados em disputa, o Morena ganhou em 11. Foi a primeira vez que as eleições para os estados tiveram paridade de gênero, fruto de intensas mobilizações feministas no país: se um partido disputava os 15 governos de estado do pleito, era necessário que, em ao menos 7, as candidatas fossem mulheres. Isso surtiu efeito e 6 mulheres foram eleitas — de 1953 até agora, apenas 7 tinham sido eleitas.

A enorme violência política dessas eleições, cujas campanhas iniciaram em setembro de 2020, mostra como a violência é um eixo estrutural e estruturante do país. A relação muitas vezes imbricada de atores estatais, paramilitares e do narcotráfico, e a importância dessas eleições em termos de controle territorial, ajudam a explicar isso. Segundo informe de violência política da Etellekt, foram 782 casos de agressão e 89 assassinatos de políticos (35 aspirantes a cargos, alguns mortos em meio a comícios e panfletagens). A violência digital foi forte contra candidatas mulheres.

Em maio de 2017, foi realizada a Assembleia Constituinte do Conselho Indígena de Governo (CIG), uma proposta do Congresso Nacional Indígena e do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) que tentou postular Marichuy à presidência da República. Embora não tenham conseguido aparecer nas listas de votação, a visibilização da questão indígena foi importante. Em maio deste ano, teve início o giro ao mundo anunciado por zapatistas ainda em 2020, com o objetivo de potencializar resistências: o barco A Montanha saiu à Europa. Depois de 50 dias e uma parada em Cuba, esta primeira delegação chegou à Galícia, onde ocorreu o batismo do continente como Terra Insubmissa. Contudo, algumas pessoas do EZLN tiveram seus passaportes negados pelo Estado mexicano, o que

<sup>1</sup> Mestranda em Sociologia no IESP-UERJ, com Bolsa Nota 10 FAPERJ. E-mail: vitoria.gonzalez@iesp.uerj.br

motivou mobilizações por indígenas otomís, que, desde outubro, ocupam a sede do Instituto Nacional dos Povos Indígenas (INPI). A reivindicação da ocupação por melhores condições de vida conseguiu a expropriação de uma casa para habitação.

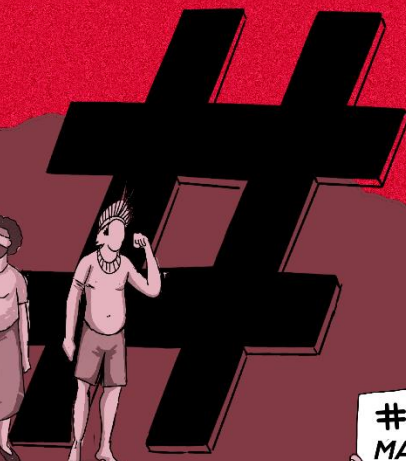
As escolas normais rurais, com histórico de luta e resistência, dão direito à educação a jovens de famílias indígenas e camponesas. Não à toa o Estado as teme. Em maio, 93 normalistas rurais da escola Mactumactzá, em Chiapas, bloquearam uma estrada para reivindicar a realização presencial de provas de ingresso. A polícia reprimiu a mobilização e prendeu as e os estudantes. Após dias de protestos nacionais, as 74 estudantes mulheres foram liberadas; os 19 homens, posteriormente. Apesar da liberação, seguem processos judiciais. As normalistas denunciaram violência física, psicológica e sexual pela polícia. Também houve repressão e prisão de mais de 40 normalistas da escola Teteles, em Puebla. Exigiam melhor infraestrutura e manifestavam-se pela morte de duas companheiras. Os dois casos levaram a diferentes manifestações. Na marcha de 80 meses de Ayotzinapa, uma faixa perguntava: “AMLO, este é o apoio ao normalismo rural?”.

Com relação ao caso de Ayotzinapa, em que 43 estudantes da Escola Normal Rural Raúl Isidro Burgos foram desaparecidos, mais um normalista teve seus restos mortais encontrados. Isso não seria possível sem a luta incansável das famílias, que seguem marchando por justiça, memória e verdade. Em maio, a Jornada de Luta Rompendo o Silêncio percorreu cidades de Guerrero em busca de informações sobre o paradeiro dos 43. Ainda com relação a desaparecimentos forçados, no dia das mães houve manifestações com as consignas “*Hijo, escucha! Tu madre está en lucha*” e “*El 10 de mayo no es de fiesta, es de lucha y de protesta*”. As Sexta e Sétima Brigadas Nacionais de Buscas ocorrerão em agosto e setembro em Morelos e Michoacan. Devido aos cortes no orçamento e à falta de apoio estatal, foram mobilizadas campanhas de doação — o festival de cinema Hasta Encontrarles foi realizado nesse sentido. Ainda, a plataforma Identificación Humana foi lançada para divulgar informação técnica sobre identificação de pessoas, em função da crise forense.

Em 10 de maio, o Halconazo fez 50 anos. Este foi um massacre que o grupo *Los Halcones*, com apoio do governo, perpetrou contra estudantes no dia em que voltaram às ruas da capital após o Massacre de Tlatelolco (1968). Pela data, manifestantes fizeram um escracho em frente à casa de Echeverría, presidente à época. Além disso, instalaram um anti-monumento — construção no espaço público por justiça, verdade e memória. Ainda na senda da violência, os números de feminicídio seguem assombrosos, e ocorreu uma marcha na capital. De janeiro a maio, houve o registro oficial de 423 feminicídios. No mesmo período de 2019, foram 395. O assassinato de defensores e defensoras ambientais e de direitos humanos vai na mesma direção: segundo relatório do Centro Mexicano de Direito Ambiental, 18 defensores do meio ambiente foram assassinados em 2020. Em Guerrero, defensores e defensoras lançaram uma campanha para denunciar o aumento da violência em seu estado.

Em junho, houve a Primeira Marcha Lencha na Cidade do México (*lencha* é um termo pejorativo contra lésbicas que foi reapropriado) e a 43ª Marcha do Orgulho LGBTTT+ (de maneira presencial e virtual). Ademais, o trimestre foi marcado por um desastre no metrô da capital: a queda de dois vagões sobre um viaduto que se rompeu deixou mais de 20 mortos e 80 feridos. Não foi o primeiro caso do tipo e ocorreram vários protestos. Consignas como “não foi acidente, foi o Estado” estiveram nas redes e nas ruas, denunciando negligência e corrupção; familiares lutam por reparação. O descaso se espalha do urbano ao rural: movimentos seguem denunciando megaprojetos, principalmente no Istmo e em Yucatán. A mineração é um dos principais problemas de conflitos socioambientais (há mais de 50 projetos em Áreas Naturais Protegidas). A Frente No a la Minería por un Futuro de Todas y Todos de Oaxaca se pronunciou contra a operação de um novo projeto. Enquanto isso, a crise hídrica se aprofunda, com 10 milhões de famílias sem acesso a água.

**TIERRA  
INDÍGENA**



**DITADURA  
# NUNCA  
MAIS**



## #SOSNicaragua: O povo clama por vacinas, por liberdade e eleições livres

Meyre Teixeira<sup>1</sup>

O segundo trimestre de 2021 na Nicarágua foi bastante agitado. No início de abril, o governo declarou o início da segunda fase do plano de imunização contra a covid-19 com mais de 160.000 doses da Covishield de AstraZeneca, cedidas pela Índia através do mecanismo COVAX. O público-alvo foram idosos e pessoas maiores de 18 anos que possuem alguma comorbidade (renal, oncológica ou cardíaca). Ao final do mês, o Banco Centro-Americano de Integração Econômica aprovou um financiamento de 100 milhões de dólares destinado à aquisição de vacinas para a população nicaraguense. Dois meses depois da primeira fase, mediante pressão da Associação Médica Nicaraguense, do Comité Científico Multidisciplinário e do Observatorio Ciudadano começou a vacinação de alguns profissionais da saúde, sem muitos detalhes. A ausência de um programa específico de imunização nacional; de ampliar a vacinação; a falta de transparência sobre os grupos vacinados e a discrepância sobre os casos da doença entre o Ministério da Saúde (atestando 8.101 pessoas contaminadas) e o Observatório (apontando 17.939 pessoas contaminadas) dificultam o combate à pandemia no país.

O descuido quanto às medidas protetivas no enfrentamento à covid-19 tem colocado em bastante perigo a vida dos estudantes e dos profissionais da educação cujas aulas permaneceram presenciais desde o início da pandemia. Algumas escolas particulares optaram pelo ensino remoto, enquanto na rede pública a demasiada exposição coloca em risco a equipe escolar. A falta de água potável, produtos de higiene e limpeza, bem como equipamentos de proteção individual dos funcionários, principalmente na região rural, são alguns dos dilemas que colocam o país no maior índice de abandono escolar da América Central. Segundo o Expediente Público, a redução de verbas somada aos problemas crônicos de infraestrutura e segurança, aprofundam a crise educacional.

Adiante, as Rebeliões de Abril completaram 3 anos, marcados pela repressão governamental e gritos de liberdade nas redes sociais — por meio de campanhas com as hashtags #yonoolvidoaabril e #SOSNicaragua — e missas organizadas pelas famílias das vítimas em todo o país. Entre os dias 16 e 22 de abril de 2021, o Centro Nicaragüense de Derechos Humanos (CENIDH) recebeu mais de 150 denúncias de hostilização da polícia contra ativistas, jornalistas, familiares de presos políticos e vítimas do movimento de abril de 2018. As mulheres sofreram de modo peculiar esses ataques através da intimidação e restrição de passeatas. A Asociación Madres de Abril (AMA) — movimento majoritariamente composto por mães e familiares da Rebelión de Abril— passou por retaliação policial com ameaças de detenção. No dia 20 de abril de 2021, a presidente da AMA, Francys Valdivia, teve sua casa invadida enquanto realizava uma celebração pela memória de seu irmão Franco; foi presa e recebeu ameaças, como atestam Astrid Valencia e Lydia Alpízar. Além de Valdivia, outros/outras integrantes da AMA (Stephanie Martínez, Marcos Silva e Ana Rivera) foram detidos/detidas e liberadas/liberados no mesmo dia. Em resposta, a AMA lançou notas em sua página no Facebook e no Twitter repudiando as ações policiais e solicitando uma denúncia na CENIDH contra o “terrorismo de Estado” de Ortega-Murillo. De um lado, a polícia orteguista assediava a AMA, em Estelí; por outro, invadia a casa de Daisy e Julio Godoy, membros da Unidad Nacional Azul y Blanco (UNAB) — coalizão de diversos movimentos e organizações sociais e

<sup>1</sup> Mestranda em Ciência Política no IESP-UERJ e pesquisadora do NETSAL e do NIMMIN. Bolsista CAPES. E-mail: meyreteixeira@id.uff.br

políticas em oposição ao governo Ortega-Murillo, em atividade desde 2018. Julio caminhava em direção à farmácia, em Bluefields, quando foi aprimado e, desde então, está sem direito de contato com familiares e advogados. Já Daisy recebeu ameaças de prisão durante cinco dias. Para a CENIDH, esses atos representam a violação da liberdade de expressão e circulação.

A crescente onda de prisões e perseguições políticas do governo Ortega-Murillo a representantes da oposição, ativistas, empresários e jornalistas entre abril e junho de 2021 na Nicarágua tem chamado a atenção da comunidade internacional para a região. O Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos tem recriminado as ações governamentais de criminalização à oposição, militantes e periodistas solicitando a liberdade imediata e o fim da perseguição indiscriminada, em virtude do compromisso assumido com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).

O Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos adotou uma resolução condenando as arbitrariedades do regime. A OEA tem pressionado o país para a criação de leis direcionadas à instituição de eleições presidenciais justas e livres, além da liberdade para atuação de organismos internacionais — conforme o comunicado da instituição. A União Europeia lançou uma nota condenando as atitudes do governo nicaraguense em vários aspectos, como: as manobras judiciais e policiais para suprimir a oposição; a defesa de eleições presidenciais transparentes; a abertura ao diálogo e à promoção da democracia e dos direitos humanos na nação centro-americana.

A escalada da violação de direitos humanos e repressão no país motivou os presidentes argentino e mexicano — Alberto Fernández e Andrés Manuel López Obrador — a retirarem suas embaixadores da Nicarágua. Fernández e Obrador propõem o estabelecimento de um diálogo com as lideranças e a defesa da liberdade civil, política e a promoção dos direitos humanos no país centro-americano. Além deles, o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, declarou reavaliar as relações comerciais com a Nicarágua e determinou sanções à filha de Ortega-Murillo, Camila Antonia, e a três aliados do governo nicaraguense.

Entre os inúmeros encarcerados/encarceradas do regime Ortega-Murillo, está a pré-candidata Cristiana Chamorro. Cristiana foi detida em maio de 2021 acusada de lavagem de dinheiro na fundação da sua família (Fundação Violeta B de Chamorro para a Reconciliação e a Democracia) pelo Ministério do Interior e desde então está em prisão domiciliar. A organização encerrou suas atividades em fevereiro, em virtude do rechaço à lei que exigia sua inscrição como agente estrangeiro devido ao recebimento de verbas internacionais. A prisão aconteceu após sua declaração pública de que participaria das eleições presidenciais previstas para novembro de 2021. Vale frisar que, historicamente, as famílias Chamorro e Ortega disputam o poder na Nicarágua pós- Revolução Sandinista — o assassinato do Pedro Joaquin Chamorro durante a ditadura Anastasio Somoza foi o estopim para a Revolução.

A mídia independente também é alvo dos ataques do governo. Igualmente, a repressão estatal incide sobre a comunidade LGBTIQ através dos assassinatos, exílio e o silenciamento da pauta, inclusive nas propostas presidenciais. A celebração do orgulho LGBTQ+ deste ano teve que ser um festival num espaço privado e pago. Enfim, o agravamento da crise política, educacional e sanitária nicaraguense tem gerado consequentemente o aumento da migração forçada e a miséria do povo. Sufocados pela pandemia, pela falta de vacinas, liberdade e democracia, a população nicaraguense busca formas de resistência. A comunidade internacional assiste atentamente aos desdobramentos desta nação. O golpe de Estado está por vir ou em curso?

## Panamá: Mulheres, Indígenas e LGBTQIA+ nas ruas e nas redes por direitos

Hellen Oliveira<sup>1</sup>

Os números da pandemia de covid-19 no Panamá seguem preocupantes, e embora durante o trimestre o país tenha deixado de ser o primeiro nos rankings de mais mortes e casos por milhão de habitantes, os índices seguem oscilando. No início de abril, as tendências de casos e mortes estavam em queda (-19,6% e -42,3%, respectivamente) — à época o país havia aplicado 456.929 doses de vacinas da AstraZeneca, Sinopharm, Gamaleya e Pfizer, totalizando 5,30% da população totalmente imunizada. Na primeira semana de maio, os registros corresponderam à tendência de estabilidade para casos (+3,7%) e aumento para mortes (+73,3%); ao fim do mês o quadro se repetiu (+8,1% de casos e +29,4% de mortes), e 8,4% da população havia recebido as duas doses dos imunizantes.

O mês de junho começa com tendência de aumento de casos (+45,1%) e queda de mortes (-13,6%), e termina com aumento de casos e mortes (+48,2% e +23,7%, respectivamente). Ao fim do trimestre, cerca de 1.210.102 doses haviam sido aplicadas, o que corresponde a 10,1% da população totalmente imunizada. O ritmo desacelerado da campanha de vacinação, em uma população consideravelmente pequena (4,246 milhões de habitantes), aflige a região. Durante o ano passado, o ex-ministro da saúde, Rosario Turner, foi destituído por realizar um encontro em um restaurante durante a política de *lockdown*. O atual ministro Luis Francisco Sucre, diante do quadro crítico do país, anunciou um toque de recolher a partir do dia 31 de maio, em decorrência do aumento considerável de casos em 3 das 10 províncias panamenhas — a política de restrição vigora entre as 22 e 4 horas, contando com o fechamento de comércios.

No dia 17 de abril, movimentos feministas, indígenas e LGBTQIA+ foram às ruas protestar contra a absolvição de Arquesio Arias, deputado do Partido Revolucionário Democrático (PRD) — o mesmo do atual presidente Laurentino Cortizo —, das acusações de estupro agravado e atos libidinosos agravados contra duas mulheres, uma delas menor de idade. As manifestações ocorreram durante e depois do julgamento, em frente ao prédio da Suprema Corte de Justiça do Panamá. Com a palavra de ordem *#YoSiTeCreo*, os movimentos se mobilizaram nas ruas e nas redes para apoiar as vítimas e denunciar a cumplicidade entre o sistema de justiça panamenho e o agressor do partido governista. A absolvição foi dada com base em uma lei que garante que deputados e senadores só podem ser condenados com dois terços de votos dos juízes, e não por maioria simples — como ocorre com o restante da população. Com 4 votos pelo indulto e 5 pela penalidade, o deputado foi inocentado das acusações. Conforme o relato das vítimas, os atos teriam acontecido em 2019, durante o período de atuação de Arias no território indígena de Kuna Yala (Guna Yala).

Conflitos entre sociedade civil e Estado marcaram o período, envolvendo decisões jurídicas polêmicas e debates sobre a promoção de políticas públicas. A preocupação com a questão climática é um tema contínuo no país, que luta pelo reconhecimento e respeito das diretrizes de suas diversas comunidades indígenas e territórios tradicionais. Nos últimos meses, o tema recebeu atenção internacional por conta de avanços e retrocessos envolvendo a legislação federal e os conselhos indígenas panamenhos.

No dia 26 de maio, indígenas do povo Emberá fecharam a rodovia Panamericana na localidade Piriati, na terra coletiva de Alto Bayano, para exigir o reconhecimento do novo Cacique Geral após as eleições realizadas em 30 de abril. Cacique Carlos Gil venceu por 587 a 539 votos, mas não teve sua posse reconhecida pela instituição responsável — o Vice-Ministério de Assuntos Indígenas,

---

<sup>1</sup> Cientista Política pela Unirio, mestra e doutoranda em Sociologia pelo IESP-UERJ, pesquisadora pelo NETSAL e pelo CASA, membro da PSN Brasil, editora da CESP. Bolsista CAPES. Contato: hellenoliveiracp@gmail.com

presidido por Ausencio Palacio. Outro protesto já havia ocorrido no dia 10 de maio, em frente ao prédio do Vice-Ministério. Em junho, de acordo com as redes indígenas Emberá, a posse foi realizada e regulamentada.

O povo indígena de Kuna Yala (Guna Yala) informou no dia 7 de junho, por meio de seus Congressos Gerais, que as inscrições estão abertas para o Projeto de Educação Bilíngue e Intercultural de sua região. O projeto visa avaliar atividades educacionais anteriormente implementadas no território, passando por seus programas de estudo, materiais didáticos e cursos de capacitação de professores. Há uma preocupação geral com a condição dos estudantes desde o início da pandemia de covid-19, conforme reportado anteriormente (ver Comunica IV).

Os movimentos indígenas também se mobilizaram em solidariedade ao povo Bribri, com o apoio da Corporação de Advogados Indígenas (CAIP), pelo direito de permanência no território da província de Talamanca, sua região ancestral. De acordo com a resolução nº 093 de 2019 da Autoridade Nacional de Terras da República do Panamá (ANATI), o povo Bribri está impedido de manter ocupação das terras e manter seu cotidiano conforme suas tradições. A CAIP formalizou uma denúncia frente à Corte Suprema de Justiça e à Comissão Interamericana de Direitos Humanos contra a ANATI no dia 29 de junho de 2021. A resolução vai contra uma decisão da própria Suprema Corte panamenha de outubro de 2020, na qual o órgão reconheceu a legalidade de ocupação do povo Naso em suas terras ancestrais ao redor do Rio Teribe, e criou a Naso Tjër Di Comarca. Nesta decisão, o Estado panamenho reforça seu compromisso em garantir os direitos indígenas, inclusive o de permanência e proteção de seus territórios.

Eventos tomaram as redes e as ruas da Cidade do Panamá durante o mês de junho em razão do Mês do Orgulho LGBTQIA+. Um deles foi a capacitação online e gratuita intitulada *Contratá Trans*, realizada pela organização *Hombres Trans Panama*. No dia 26 de junho, foi realizada a Parada do Orgulho LGBTQIA+ na capital. Os movimentos sociais envolvidos na organização da *Panama Pride* publicaram um comunicado endereçado ao governo federal panamenho que demanda a criação de diversas políticas públicas para a população. Os movimentos exigem uma lei antidiscriminação que proteja a orientação sexual e a identidade de gênero; a inclusão da população no censo nacional; reforma nas leis que versam sobre famílias por parte da Suprema Corte do Panamá, garantindo o direito de união entre pessoas LGBTQIA+; políticas sanitárias; e educação sobre diversidade sexual com base na ciência e não em materiais produzidos por outras instituições.

Durante a última semana de junho, a ministra das relações exteriores do Panamá, Erika Mouynes, tornou público o pedido de ajuda financeira aos Estados Unidos para lidar com a questão da migração. Cerca de 11 mil imigrantes chegaram ao país visando cruzar a região de floresta do Durien Gap para cruzar a fronteira para os Estados Unidos. Segundo a ministra, o auxílio seria destinado para os migrantes em matéria de insumos, vestimentas e habitação; Mouynes afirma, ainda, que o pedido também será estendido à comunidade da União Europeia.

## Paraguai: a luta pela terra é uma luta contra a fome

Pedro Borba<sup>1</sup>

A grande jornada de lutas de março de 2021 recuou sem um desfecho crítico. Claro está que o Paraguai deixou de ser modelo de gestão preventiva da pandemia para um caso de paralisia e conluio de elites, em que a mitigação da insegurança e dos prejuízos da maioria da população é iniciativa de movimentos sociais e organizações independentes. O governo de Mario Abdo Benítez, driblando as pressões pelo impeachment graças à estrutura do Partido Colorado, sobrevive claudicante, entregue a compromissos palacianos com os interesses econômicos mais poderosos do país. No segundo trimestre de 2021, ganhou destaque o projeto legislativo que prevê alterações no Estatuto Agrário, estabelecido em 2002 como quadro legal para a reforma agrária. Com apoio da Associação Rural Paraguuaia, a bancada colorada na Câmara dos Deputados conseguiu aprovar sem alarde as mudanças ainda em dezembro de 2020. O caso só atingiu repercussão quando o Senado iniciou a apreciação do projeto em maio de 2021. Dentre outros pontos, a nova redação do Estatuto Agrário abre uma brecha para a regularização de terras públicas já ocupadas ilegalmente por grandes proprietários rurais, que poderiam adquirir os terrenos ocupados por 70% do valor de mercado. Segundo estimativas do Coletivo Unidade de Ação Social, essa brecha permitiria a legalização de aproximadamente 700 mil hectares de terras públicas ocupadas de forma irregular, 3,2% de toda a área agricultável do país. Vale lembrar que uma das maiores feridas não cicatrizadas da ditadura de Strossner no século XX foi a distribuição e apropriação desenfreada de terras por latifundiários, empresários e apaniguados do regime, por meio de corrupção, fraude e violência. A investigação e desapropriação de terras invadidas é uma pauta histórica do movimento indígena e camponês paraguaio.

A Federação Nacional Camponesa (FNC) se posicionou imediatamente contra o projeto. Em sua manifestação, a FNC lembrou a tentativa de oficializar a ocupação irregular de terras em 2020 através do Sistema Nacional de Cadastro Registral, o que não foi aprovado. A reforma do Estatuto Agrário encaminhada pelos deputados também foi objeto de repúdio da Coordenação de Direitos Humanos do Paraguai (CODEHUPY) e do episcopado da Igreja Católica, dentre outras organizações. Até mesmo o órgão governamental responsável pela reforma agrária, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural e da Terra, mostrou-se contrário especificamente à alteração que possibilita a legalização de terras invadidas. Nas redes sociais, a oposição ao projeto se aglutinou nas *hashtags* #noalastierasmalhabidas e #ReformaAgrariaYa, através das quais se reportaram também manifestações camponesas nas ruas e estradas.

A mobilização ganhou força entre fim de maio e começo de junho, conforme se avizinhava a decisão no Senado. No dia 3 de junho, quando o tema foi levado à comissão, registraram-se diversas manifestações pelo país. Em Ciudad del Este, a marcha se concentrou na Plaza de la Paz e percorreu o centro da cidade. A rodovia PY-07 foi bloqueada de forma intermitente ao longo do dia pelo Movimento Camponês Paraguaio, e na imediação de Mínga Porã (na região sojeira do Alto Paraná) houve também protestos no entroncamento das rodovias PY-02 e PY-06. A FNC promoveu protestos na capital e no interior. Em Santa Rosa de Aguaray, o movimento social já havia bloqueado a rodovia em 25 de maio para reivindicar o reconhecimento dos assentamentos rurais estabelecidos no distrito, e, no dia 3 de junho, houve mobilização expressiva na localidade a propósito do Estatuto Agrário. No dia 2 de junho, a Comissão de Reforma Agrária e Bem-Estar Rural no Senado emitiu parecer contrário ao projeto de alteração no Estatuto Agrário; no dia seguinte, o parecer foi aprovado por unanimidade. O projeto retorna agora à Câmara dos Deputados, onde os colorados são maioria.

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Ciência Política da UFRJ e pesquisador do NETSAL.



Com efeito, a mobilização camponesa e indígena no Paraguai tem atingido vitórias no campo institucional durante a pandemia, mas isso não reverte o cenário de dificuldades crescentes enfrentadas nos assentamentos, acampamentos e cidades. Um relatório lançado em junho apresentou um balanço interessante a partir da experiência da Associação de Produtores Agroecológicos de San Roque González de Santa Cruz, criada em 2008. Dentre as consequências da pandemia na localidade, aparece antes de tudo o enfraquecimento dos vínculos familiares, comunitários e organizativos, já que o cotidiano de encontros, visitas e reuniões é a base da associação. O revés econômico também foi importante e, com a interrupção do comércio em feiras em março de 2020, muitos produtores se voltaram ao autoconsumo. A associação sustentou três hortas comunitárias para reforçar o abastecimento dos membros. Outra ação emergencial foi a das cozinhas comunitárias, amparadas em uma rede local de San Roque que envolvia a paróquia, a prefeitura, entidades esportivas e associações de moradores, tendo como pivô a rádio comunitária da paróquia. O apoio governamental à agricultura familiar e às cozinhas comunitárias, embora já estabelecido por lei (ver Comunica I e III), não chegou adequadamente aos moradores da localidade; quando os programas sociais do governo se fizeram presentes, os aportes foram intermitentes, distribuídos desigualmente entre os moradores e sem adequação às demandas da agricultura ecológica.

No fim de junho, houve uma mobilização camponesa em frente ao Ministério da Agricultura e Pecuária em Assunção para exigir a devida implementação dos programas de apoio à agricultura familiar e camponesa previstos na lei 6286/2019 (ver Comunica III). Na ocasião, Jorge Galeano, dirigente do Movimento Agrário e Popular do Paraguai, anunciou que os movimentos camponeses irão realizar uma plenária nacional em 6 de julho para articular uma manifestação conjunta em todo o país. A Coordenadora Nacional Intersetorial (CNI) e a Articulação Camponesa, Indígena e Popular (ACIP), pivôs da vitoriosa jornada de lutas de novembro de 2020, já anunciaram que devem retomar as manifestações no segundo semestre para fazer valer os compromissos assumidos pelo governo.

Além disso, Galeano lembrou que continua a bárbara política oficial de desalojo de indígenas e camponeses. Em 15 de junho, a comunidade Ka'ã Poty, do povo Ava Guarani, até então instalada no distrito de Ytakyry, foi removida violentamente pela polícia, com destruição de lares, cultivos e até das instalações de uma escola de educação básica reconhecida pelo Ministério da Educação. Mais de 100 pessoas da comunidade Ka'ã Poty, quase metade delas crianças e jovens, se instalaram provisoriamente na Praça de Armas em Assunção para exigir justiça e reparação. A Plataforma Social de Direitos Humanos, Memória e Democracia, frente que reúne diversas organizações da sociedade civil paraguaia, repercutiu a situação. O título de propriedade que motivou o desalojo, segundo a Plataforma, é mais um dos que foi obtido de forma irregular: uma ex-integrante do Ministério Público da província de Alto Paraná recebeu terras do INDERT em Ytakyry sem ser legítima beneficiária da reforma agrária.

Por seu turno, o governo de Mario Abdo Benítez não contém suas deferências ao agronegócio; enquanto o país revivia a polêmica das terras irregulares em maio, o presidente considerou oportuno instituir por decreto o ano de 2021 como o “ano da soja” no Paraguai. Comentando a medida, o ministro de agricultura e pecuária disse: “que eu me lembre, nunca um governo manifestou tanto apoio a favor desse setor”.

No fim de maio, o Peru revisou os critérios de contagem para a covid-19, o que fez o número de mortes passar de 69.342 para 180.764. Com isso, o país voltou à 1ª posição mundial na relação de mortes por milhão de habitantes e fecha julho com 2.052.065 casos confirmados e 192.331 pessoas mortas pela doença. Proporcionalmente, é como se a cada 170 peruanos, 1 tivesse morrido em decorrência do novo coronavírus. Para tentar frear o contágio, o governo instituiu a obrigatoriedade do uso de duas máscaras em estabelecimentos fechados com risco de aglomeração e prorrogou as medidas restritivas, que incluem toque de recolher durante a noite e restrições complementares para cada região. Em junho, a OMS declarou a variante Lambda, descoberta no Peru, como a 7ª variante de preocupação — ela já responde por 82% dos novos casos no país.

Apesar de ter começado tardiamente, a vacinação acelerou: passou de 576.662 pessoas vacinadas com a 1ª dose em março (1,75% da população) para 4.376.595 pessoas vacinadas com pelo menos uma dose em junho (13,25% da população) — dessas, 3.042.697 também tomaram a 2ª dose (9,21% da população). Dado o sucesso da campanha, a aprovação do presidente Francisco Sagasti saltou de 29% em março (62% de reprovação) para 52% em junho (36% de reprovação).

Para além das tensões relacionadas à pandemia, o Peru viveu um processo eleitoral extenso, intenso e surpreendente. Com 18 candidatos no páreo, nenhum conseguiu atrair apoio consistente e só no dia da votação (11 de abril) o segundo turno se desenhou: Pedro Castillo enfrentaria Keiko Fujimori. Mais do que uma disputa entre esquerda e direita, foi uma disputa entre ricos e pobres, entre a capital Lima e as regiões. Foi também uma eleição marcada por campanhas de medo e pela partidarização dos veículos de imprensa. Em resumo: de um lado restou o fujimorismo, as elites políticas e econômicas, bem como a defesa do atual modelo de desenvolvimento; do outro, uma proposta de mudança radical, porém improvisada e abrigada num partido pequeno e conflagrado.

O processo eleitoral permeou o cenário das mobilizações sociais, a começar em abril, com a carta aberta de dezenas de organizações de esquerda, o tuitaço #TuVotoEsPoder e uma batalha de rima online, todos em defesa dos direitos sociais e contra o modelo extrativista. A essas iniciativas, somou-se uma pressão virtual e presencial sobre o Congresso no dia 6 de maio objetivando a realização de uma sessão para discutir diversos projetos de lei de cunho popular, com foco nos direitos indígenas e do meio ambiente. A vigília nas redes e ruas pelo #PlenoPueblosYAmbienteYa se repetiu no dia 21, com foco no projeto de criação de uma personalidade jurídica para os povos indígenas. Nos dias 31 de maio e 1º de junho, foi a vez da vigília de mulheres indígenas pela aprovação da Lei da Mãe Natureza, que reconheceria direitos aos ecossistemas e espécies.

Além disso, foi expressivo o rechaço de organizações indígenas e camponesas à Lei de Comitês de Autodefesa, aprovada pelo Congresso. O pedido para que o presidente vetasse a lei se deveu ao receio de militarização das comunidades rurais e nativas a partir do empoderamento dos grupos de segurança cidadã — com a venda ou doação de armas pelo Estado, bem como investimento público nesses comitês. Em relação à violência contra povos indígenas, um vídeo registrou o assassinato de membros da etnia Kukama pela polícia num protesto de 2020 em Loreto. O povo Shipibo, de Ucayali, por sua vez, protestou por justiça pela morte de sete companheiros na região, e também contra a violência policial e o etnocídio das populações indígenas.

O Sindicato de Obreros/as de Limpieza Pública (SITOBUR) manteve forte atuação neste período, primeiro com protesto pela priorização da categoria na fila de vacinação. Depois, com ato

<sup>1</sup> Doutorando e mestre em Sociologia pelo IESP-UERJ. Pesquisador do NETSAL. E-mail: raulnunes@icloud.com

em frente ao Ministério do Trabalho para reivindicar reuniões de conciliação com a empresa brasileira Innova Ambiental, com a demanda central de aumento salarial digno. Em 6 de maio, mesmo dia da primeira vigília pelo #PlenoPueblosYAmbienteYa, o SITOBUR pressionou os congressistas pela discussão do projeto de lei que proíbe a terceirização do serviço de limpeza pública — o projeto terminou aprovado em primeira sessão. As trabalhadoras de limpeza voltaram para a frente do Congresso no fim de junho para demandar a aprovação do projeto em segunda sessão e conseguiram nova vitória. A luta teve entre suas protagonistas Isabel Cortez (Chabelita), líder sindical que a esta altura já havia sido eleita congressista para a próxima legislatura.

A mineração segue como a principal fonte de conflitos laborais e socioambientais no Peru. No dia 14 de abril, os trabalhadores da mina de Animon, em Cerro de Pasco, iniciaram uma greve indefinida pelo pagamento justo dos lucros, por melhores condições de trabalho e saúde, bem como pelo fornecimento de água. Em 15 de maio, membros da comunidade de Ccollana (Chumbivilcas, Cusco) iniciaram uma greve indefinida em protesto contra a mineradora Hudbay; a principal demanda era o reconhecimento daquela como área de influência direta das operações da empresa, com o pagamento de indenizações pelos danos sociais e ambientais. Na semana seguinte, o Ministério de Energia e Minas abriu uma mesa de diálogo entre a comunidade e a mineradora. Na região vizinha, em Arequipa, trabalhadores da mineradora Century Mining Peru SAC, em San Juan de Chorunga, deflagraram greve indefinida por descumprimento de acordo coletivo e por violações trabalhistas. Ainda no sul, comunidades de Ramis (Puno) iniciaram uma paralisação de 48h pelo cese da contaminação de um rio afluente do lago Titicaca em decorrência da mineração informal. No mês seguinte, foi a vez de favelados (*pobladores*) da província de Melgar, na região, entrarem em paralisação contra a contaminação da empresa Aruntani S.A.C na cabeceira da bacia do rio Lllallimayo. Em Apurímac, membros da comunidade de Huancuire também protestaram contra a contaminação das águas e o descumprimento do acordo coletivo com a mineradora MMG Las Bambas — após semanas de protesto e repressão policial, por fim se instalou uma mesa de diálogo. No distrito de San Lorenzo de Quinti (Lima províncias), favelados ocuparam o acampamento da mineradora Prospex S.A.C contra a contaminação da bacia do rio Mala e da lagoa Suyoc.

Em celebração ao Dia Internacional do Orgulho LGBT, o *Colectivo Marcha del Orgullo en Lima* organizou o evento virtual #OrgulloEnLínea, com diversas apresentações artísticas e culturais. Já o coletivo *Orgullo Diverso* convocou a marcha #NuestroOrgulloNoEstáEnCuarentena2021, que partiu da Plaza San Martín, em Lima. As celebrações ocorreram também fora da capital, em cidades como Arequipa, Cusco, Huancayo e Iquitos. Noutro sentido, organizações de mulheres que sofreram esterilizações forçadas no governo de Alberto Fujimori estiveram em intensa mobilização pela celeridade do processo que busca condenar o ex-presidente e seus funcionários — a exemplo do então ministro da Saúde, Alejandro Aguinaga, recém-eleito para o Congresso. Essas mulheres adensaram as fileiras das reiteradas marchas #KeikoNoVa e #FujimoriNuncaMás — contra a eleição da filha do ditador —, que congregaram afetados pela ditadura fujimorista, militantes de direitos humanos e agremiações de esquerda. O clima de polarização social se acirrou com as marchas conservadoras pela democracia e contra o comunismo, encabeçadas pelo candidato derrotado Rafael López Aliaga, que se engajou na mobilização social em prol de Keiko Fujimori.

Em 6 de junho, Pedro Castillo conquistou a maioria dos votos, mas até o fim do mês não havia sido proclamado presidente, devido a uma série de ações protelatórias e investidas judiciais de Keiko Fujimori, que questiona a lisura do processo eleitoral. O lema #RespetaNuestroVoto está em disputa: os eleitores de Fujimori alegam fraude eleitoral (sem respaldo das instituições nacionais e organismos internacionais), e os eleitores de Castillo pedem respeito ao resultado das urnas, rechaçam as tentativas de anular votos rurais e criticam a humilhação de mesários do interior.

Durante o segundo trimestre de 2021, a República Dominicana apresentou números oscilantes no que tange a pandemia de covid-19. No início de abril o país apresentava tendência, em comparação com a quinzena anterior, de estabilidade no número de casos (-1,7%) e de alta no número de mortes (+33,3%); à época, o país havia aplicado 1.187.599 doses de vacinas, provenientes das farmacêuticas AstraZeneca, Sinopharm e Pfizer. No início de maio, a tendência de casos e mortes era de estabilidade (+1,8% e -2,6%, respectivamente); ao fim do mês os casos aumentaram (+41,3%), e as mortes diminuíram (-58,3%), e o país havia aplicado 4.041.312 doses, correspondente a 9,1% da população totalmente imunizada. Já no mês de junho, na primeira semana a tendência de casos apresentava estabilidade (+8,2%) e a de mortes aumentou drasticamente (+170,0%), elevando a preocupação com a crise sanitária. Embora o último relatório quinzenal dos números pandêmicos do trimestre ateste queda tendencial, tanto em casos quanto em mortes (-15,0% e -13,0%, respectivamente), a administração Abinader (PRM) pretende aplicar uma terceira dose em sua população. Segundo comunicado da vice-presidente Raquel Peña de Antuña (PRM), as articulações para o reforço na campanha já estão em curso, e esta será feita com um imunizante diferente daquele aplicado anteriormente. Até o dia 25 de junho, 7.402.235 doses de vacina contra a covid-19 haviam sido aplicadas em território dominicano, o que corresponde a 25% de sua população totalmente imunizada.

A organização da campanha de vacinação foi encarada como problemática pela sociedade civil, principalmente por movimentos sociais preocupados com a situação hostil vivenciada pelos países da ilha Hispaniola. Ainda que o tema do reforço esteja em discussão, as contradições da administração Abinader são preocupantes para os movimentos, como o Movimento Socialista de Trabalhadores da República Dominicana (MST-RD). O governo dominicano é denunciado por utilizar dos riscos que envolvem a variante Delta para justificar as barreiras para haitianos, ao passo que não adota políticas de barreira sanitária para turistas.

Além disso, as políticas de vacinação de estrangeiros trouxeram incômodos ainda não solucionados, dada a sua relação com as políticas anti-migratórias por parte da República Dominicana contra o Haiti. Inicialmente a campanha seria baseada no cadastro eleitoral, o que não cobriria qualquer estrangeiro, com ou sem registro de residência ou trabalho. Posteriormente, os vistos de residência permanente passaram a figurar como critério na campanha, critério este que também salienta uma postura de não cooperação entre dominicanos e haitianos, que historicamente transitaram pela fronteira para fins de trabalho, estudo, lazer e atividades afim. Apenas no dia 5 de junho, o ministro da saúde Daniel Rivera anunciou que todo nativo ou migrante, com ou sem documentação permanente, será vacinado. O MST-RD argumenta, ainda, que a vacinação está sendo coordenada desde interesses empresariais, e não de saúde pública, visto que ideais nacionalistas e a abertura turística foram priorizados frente a ampla vacinação da ilha, de forma a realmente conter a circulação do novo coronavírus.

As tensões que envolvem a questão migratória tomam maior complexidade quando a fronteira é colocada em pauta. Durante o segundo trimestre de 2021, o governo federal dominicano construiu parte da cerca que divide seu território doméstico do haitiano. Conforme explicitado em edições anteriores (ver Comunica IV), a intenção da atual administração era erguer um muro por toda a extensão da fronteira, com mais de 200 km. Atualmente, a edificação se trata de uma cerca de 23 km

---

<sup>1</sup> Cientista Política pela Unirio, mestra e doutoranda em Sociologia pelo IESP-UERJ, pesquisadora pelo NETSAL e pelo CASA, membro da PSN Brasil, editora da CESP. Bolsista CAPES. Contato: hellenoliveiracp@gmail.com

e a fronteira é vigiada pelas forças militares dominicanas. A construção vem sendo denunciada por movimentos sociais e organizações transnacionais como uma forma de violação dos direitos humanos. A ativista e coordenadora da *Mesa de Diálogo Transfronterizo*, Jesula Blanc, classificou a construção como desfavorável para pessoas em situação de vulnerabilidade. No contexto pandêmico, o caráter xenofóbico da cerca se acentua, e em declarações prévias o ministro Daniel Rivera classificou a vacinação de haitianos em território dominicano como algo para se ter cuidado. Observa-se um sentimento anti-migratório e anti-haitiano crescente no país, que remonta à época da ditadura *trujillista*.

No dia 28 de abril, a Câmara dos Deputados dominicana se reuniu para uma votação histórica sobre a questão da interrupção gestacional — no país o aborto é classificado como crime, previsto pelo código penal datado de 1884. A reforma do código prevê a inclusão de um artigo que permite a prática em caso de risco de vida da gestante. Contudo, por mais que este seja um avanço resultante das movimentações feministas na República Dominicana, boa parte de suas demandas não foi atendida. Casos como gestações decorrentes de abuso sexual e quadros de malformações fetais incompatíveis com a vida não foram entendidos como riscos pelo pleito, que rejeitou os incisos por 111 votos contra 45. Importante ressaltar que os grupos majoritários da Câmara são o Partido Revolucionário Moderno (PRM) e o Partido da Libertação Dominicana (PLD), partidos do atual presidente e de seu antecessor, respectivamente. A votação ocorreu por conta da pressão dos movimentos feministas dominicanos, que acamparam em frente ao Palácio Nacional por mais de um mês. Os protestos receberam apoio de redes feministas latino-americanas, dentre elas as organizações argentinas integrantes da campanha Maré Verde, em prol do aborto legal e seguro. Segundo denúncias do MST-RD, este acampamento sofreu repressão policial intensa e cerca de doze militantes foram envenenadas após comerem alimentos enviados por um remetente de identidade adulterada; ativistas e jornalistas tiveram que ser hospitalizadas.

No dia 24 de maio, milhares de pessoas, majoritariamente mulheres, marcharam pelas ruas de Santo Domingo pela legalização do aborto e pelo direito de decidir. O protesto articulado pelo acampamento feminista — que seguiu em frente ao Palácio Nacional —, criticam que a reforma se dê como um anteprojeto, que ainda deve passar pelo Senado e pela aprovação presidencial. Com a palavra de ordem *Las Causales Van*, fazem a defesa da inclusão de abusos, incestos e condições fetais incompatíveis com a vida como razões para a realização do aborto, que não são vistos por parlamentares como condições de risco à vida das mulheres. Abinader disse concordar com as cláusulas, mas discordar da realização gratuita do aborto, além de afirmar que a decisão será condicionada a um referendo popular. Com estas duas declarações, o atual presidente demonstra um apoio apenas discursivo. No mês de junho, a gestante Winifer Núñez, de 25, anos faleceu em decorrência de complicações no parto, e sua família denuncia que trabalhadores da saúde se negaram a realizar um aborto que poderia salvar sua vida por conta da condição criminal da prática. A gestação era de risco e a vida do feto era considerada inviável; do luto à luta se grita: *a Winifer la mató el Estado*.

Outra reforma no código penal gerou revolta entre movimentos sociais e na comunidade LGBTQIA+. Conforme reportado pelo deputado José Horácio Rodríguez (Alianza País), a orientação sexual foi retirada do código pré-existente como fonte de discriminação, de forma que a LGBTfobia não é mais vista como crime no país. Protestos ocuparam as redes com #DontcometoDR, sinalizando por integrantes dos movimentos que o país não é seguro para minorias.

## A chegada do inverno no Uruguai e os reencontros com o passado

Maria Eduarda Faria Tavares<sup>1</sup>

Neste trimestre, o mês de junho apresentou uma pequena diminuição em relação aos meses anteriores, o Uruguai contabilizou 1.317 mortes por covid-19. No mês de maio, o país bateu o seu recorde de óbitos pela doença, com 1.660 vidas perdidas. Já no mês de abril, os números variaram pouco em relação aos demais, foram 1.601 mortes. O país fechou esse trimestre com registros nada otimistas: desde o início da pandemia, os números não haviam atingido níveis tão alarmantes, e isto se deu apesar do sucesso da vacinação. Até o final do mês de junho, o Uruguai tinha 65,5% da população vacinada com a primeira dose e 48,3% totalmente vacinada. Desde a declaração da emergência sanitária, em 13 de março de 2020, foram registrados 369.350 casos positivos de covid-19, dos quais 348.489 foram recuperados e 5.883 vieram a óbito.

Em meio a essa emergência sanitária e com a chegada do inverno no país, as coisas também se agravaram para a *Red de ollas populares*, que classificaram a situação atual como “crítica, dolorosa e indignante”. A organização denuncia a omissão por parte do Ministério de Desenvolvimento Social (MIDES) na assistência da população em situação de rua. Além disso, a *Red de Ollas al Sur*, organização que é composta por cerca de 15 grupos apoiadores do movimento de *ollas populares* nas regiões de Ciudad Vieja, Palermo, Barrio Sur e Aguada, e que também compõe a Coordenadoria Popular e Solidária de *ollas* e áreas de merenda coletiva, emitiu um comunicado em protesto, exigindo que as autoridades governamentais se responsabilizassem pelas políticas sociais de proteção da população de rua e de contenção da fome no país. Em entrevista ao jornal uruguaio *La Diaria*, um dos representantes da rede disse que, diante do inverno, a situação tem se colocado muito mais complexa e que, muitas vezes, a ausência do Estado acaba prejudicando as atividades das *ollas*. Completou dizendo que, em razão do aumento do número de pessoas em busca de abrigos por causa do frio, a demanda e a escassez por comida também aumentaram. Por conta dessa lacuna criada pelo poder público, as atividades encontram-se seriamente sobrecarregadas.

Ao regressarmos ao início desse trimestre, mais especificamente ao mês de abril, o Uruguai reviveu parte da sua história: há 190 anos aconteceu o Massacre de Salsipuedes, em 11 de abril de 1831, na região de mesmo nome. Esse evento ficou conhecido como o marco inicial de uma sequência de ações de perseguição e extermínio do povo *charrúa* que se deram desde o início da república uruguaia. Devido a esse acontecimento, alguns grupos de *charrúas*, sobretudo o *Nación Charrúa*, junto de seus apoiadores protestaram em memória das mortes dos seus antepassados. E comunicaram à sociedade que, a partir das decisões do *Consejo de la Nación Charrúa de Uruguay (CONACHA)*, estão se preparando para apresentar o pedido para que Salsipuedes seja declarado um “Sítio da Memória” de acordo com a Lei nº 19.641, aprovada em 2018, onde a história verdadeira dos *charrúas* seja reconhecida. Além disso, os movimentos protestaram e disseram: “a discriminação e o racismo contra os povos indígenas, não termina em Salsipuedes, continua sendo empregada pelo Estado uruguaio, que sistematicamente nos torna invisíveis, através da discriminação e do racismo estrutural”.

Ademais, a Instituição Nacional de Direitos Humanos e Defensoria do Povo também aderiu à reparação e ao evento em memória do genocídio ocorrido em Salsipuedes e apelou à adoção de medidas reparatórias que reconheçam a violação histórica dos direitos dos povos indígenas no Uruguai, assim como as Mulheres Indígenas da Nação Charrúa. No dia 9 de abril, ocorreu o cine debate do filme “*El país sin indios*” na praça do Remanso, e no dia 11 de abril, o evento “*Remontando*

<sup>1</sup> Doutoranda em Sociologia no IESP-UERJ e pesquisadora do NETSAL. E-mail: mariaeftavares@gmail.com

*el monte*”, com caminhadas e intervenções artísticas. A isso se somou um protesto através das redes sociais uruguaias, com as hashtags: [#NaciónCharrúaVive](#), [#GenocidioIndígena](#), [#ResistenciaIndígena](#), [#SitiosDeMemoria](#), [#NaciónCharrúa](#) e [#Salsipuedes](#).

Ao longo desse trimestre, as mulheres uruguaias voltaram a protagonizar a luta política no país: o [#AlertaFeminista](#) foi dado, infelizmente mais algumas vezes, pela coordenadora de Feminismos UY. Como vimos nas edições anteriores, a escalada de casos de feminicídio no Uruguai agravou-se durante a pandemia, sobretudo no que diz respeito à violência doméstica. Dessa forma, os coletivos feministas do país tem se mobilizado a cada denúncia de violência contra as mulheres e alertado a população sobre essa situação alarmante, para que nenhuma morte passe impune. No mês de maio, mais especificamente no dia 1, os coletivos feministas convocaram a população para um grande [#CalderoFeminista](#): “para imunizar-nos contra o patriarcado”, e completaram dizendo: “servimos chá para nós mesmas porque é preciso cuidar de nós mesmas, entre aquelas que continuam a se sustentar com o corpo, mas também para criar no meio do caos”. Estas foram algumas das alternativas criativas criadas pelos movimentos feministas em meio à crise sanitária. Além disso, no dia 3 de junho, realizaram-se as [comemorações do #NiUnaMenos](#), movimento que se encarrega de visibilizar situações de injustiça e violência contra as mulheres. Neste mesmo dia, no ano de 2015, ocorreu em diferentes locais do país a primeira marcha organizada pelo coletivo em resposta ao feminicídio de Chiara Páez, que foi assassinada por seu companheiro aos 14 anos de idade.

No dia 20 de maio, mais uma vez a população uruguaia se defrontou com o seu passado e sua memória, agora não mais com o genocídio indígena, mas com os desaparecidos pela ditadura. A Avenida 18 de Julho foi ocupada pelo [26º protesto da Marcha do Silêncio](#). Há 26 anos, mães, parentes e amigos vêm construindo a história daqueles que procuram seus entes queridos. O povo uruguaio faz a mesma pergunta: onde estão? São 197 pessoas desaparecidas e cada ato é um convite para refletir sobre como é viver sem aquela pessoa que foi levada embora pela última ditadura militar uruguaia. As [Madres y Familiares de Uruguayos Detenidos Desaparecidos \(Famidesa\)](#), os [coletivos feministas](#) e a Federação de Estudantes do Uruguai (FEUU) também estiveram presentes. Durante a manifestação, em uma “guarda de honra”, os participantes carregaram as [imagens em memória](#) daqueles que se foram de maneira abrupta.

Chegando ao fim do trimestre, as centrais sindicais voltaram a pautar a precarização das relações de trabalho no país. No dia 17 de junho, a central sindical [Plenario Intersindical de Trabajadores - Convención Nacional de Trabajadores \(PIT-CNT\)](#) convocou uma [greve geral ativa](#) de 24 horas: “Contra a fome e a desigualdade, pelo trabalho e pelo salário, pela defesa da vida e pela solidariedade com os 15 professores de San José afastados de seus cargos”. Durante o dia, vários estandes foram montados para coletar assinaturas contra a Lei de Urgente Consideração (LUC), como vimos nas edições anteriores do [Comunica](#). Também foi coordenada uma caravana que partiu das praças [Lafone](#) e [Colón](#) para se concentrar no Palácio Legislativo e marchar até a Torre Executiva, onde foram entregues várias propostas para enfrentar a crise. Já no dia 22 de junho, chegou a 572.551 o número de assinaturas contra a LUC — foram apenas 17 dias para coletar cerca de 100.000 assinaturas; o número foi anunciado pelo [Yofirmo.uy](#). A campanha está sendo organizada desde o final de 2020 por diferentes setores da sociedade uruguaia e tem o objetivo de revogar os 135 artigos da LUC. Contam com centenas de postos implantados em todas as cidades do país, além da possibilidade de participar sem sair de casa; também foi criado um “[delivery](#)” para colher as assinaturas de toda a população.





## Venezuela: diálogo entre governo e oposição não amenizará os conflitos sociais

Jefferson Nascimento<sup>1</sup>

O segundo trimestre de 2021 abre a possibilidade de mudanças futuras no cenário político venezuelano, com o esboço de uma negociação entre governo e oposição. Contudo, os problemas causados pela crise econômica e sanitária ainda provocam grande impacto social, sem perspectivas de resolução no curto prazo. Do início da pandemia até o fim de junho deste ano, foram contabilizadas 274.024 pessoas infectadas pela covid-19, dentre as quais 3.163 morreram, o que representa uma média de 110 falecidos a cada milhão de habitantes. O processo de vacinação permanece como um dos mais lentos da América Latina, tendo sido aplicadas 3,3 milhões de doses, o suficiente para imunizar parcialmente 11,6% das pessoas residentes no país.

Para mitigar os efeitos da crise, o governo anunciou, no dia 8 de abril, algumas medidas de proteção social, como: descontos nas faturas de água e de energia elétrica para famílias pobres; a extensão dos contratos de aluguel até setembro, impedindo o desalojamento forçado dos inadimplentes; e o pagamento de um auxílio especial durante os dias de quarentena radical. No dia 1º de maio, foi concedido, ainda, um aumento no salário mínimo, cujo valor total passou a ser de 2,27 dólares, ainda muito abaixo do valor da cesta básica, que custa 229,24 dólares.

Sem embargo, mudanças no cenário político parecem acender uma luz no fim do túnel. O governo tomou algumas iniciativas importantes com o intuito de ampliar o horizonte de negociações com a oposição, dentre as quais estão a redução do número de juízes indicados por Maduro para compor o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) e a pressão sobre o Tribunal Superior de Justiça (TSJ) para liberar a participação no pleito regional deste ano da Mesa da Unidade Democrática (MUD), coligação que reúne diversos grupos e partidos opositores.

Esses fatos indicam uma moderação do governo, fazendo surgir uma nova possibilidade de diálogo entre governo e oposição, mediada pela Noruega. Os Estados Unidos, por sua vez, após a saída de Donald Trump do poder, ensaiam uma mudança nas relações com a Venezuela, ao respaldar os esforços da Noruega. Isso é importante porque pode significar, no longo prazo, a suspensão das sanções que vêm estrangulando a economia venezuelana.

Não obstante, há ainda um longo caminho a ser percorrido e o retrato do país no momento é bastante conflituoso, com inúmeras manifestações ocorrendo em todas as regiões, muitas das quais identificam as decisões do governo federal como o foco principal dos problemas cotidianos. A ineficiência do governo em conseguir vacinas desencadeou uma série de protestos. No início de abril, muitos venezuelanos aproveitaram o rito tradicional cristão de queimar bonecos de Judas, apóstolo que traiu Cristo, para se manifestar contra os políticos. Nos estados de Carabobo, Caracas, Lara, Vargas e Zulia, manifestantes utilizavam o ritual para reivindicar um plano nacional de vacinação.

A categoria dos profissionais da saúde, a propósito, é uma das mais vulneráveis em virtude da pandemia e, por conta disso, desde o início do ano, mais de 20 manifestações foram organizadas por estes profissionais. Uma delas aconteceu no dia 14 de abril, na maternidade Concepción Palacios, onde os funcionários questionaram os baixos salários. Uma profissional membro do sindicato disse ter recebido na quinzena anterior um salário equivalente a pouco mais de um dólar.

---

<sup>1</sup> Doutorando e mestre em Ciência Política pelo IESP-UERJ. Bolsista da Capes e membro do NETSAL. E-mail de contato: jeffersonnascimento@iesp.uerj.br

O 1º de maio foi um dia de bastante mobilização nas ruas. Sindicatos de diferentes setores convocaram protestos em todas as regiões do país, em concentrações pequenas e espalhadas por diversos pontos das cidades, com o intuito de evitar aglomerações. Também ocorreu uma mobilização no Twitter com a *hashtag* #UnSalarioDignoParaTodos e um pannelo às 19h em repúdio à precariedade das condições de trabalho a que estão submetidos. Em razão da alta volatilidade da moeda doméstica, muitos sindicatos concordam que a dolarização dos salários seria uma maneira de amenizar a instabilidade da renda dos trabalhadores.

Ocorreram também mobilizações vinculadas a questões de orientação sexual e de gênero. Junho foi o mês do Orgulho LGBTQIA+ e diversas manifestações foram realizadas em diferentes partes do país contra os crimes de ódio cometidos contra membros da comunidade, bem como em favor do matrimônio igualitário, visto que, na Venezuela, é proibida a união civil entre pessoas do mesmo sexo. Além disso, não existe uma legislação que dê suporte à mudança de identidade de gênero para pessoas trans, nem existem mecanismos para proteção de famílias homoparentais.

No dia 27 de abril, mulheres que integram o sindicato dos artistas lançaram um movimento para visibilizar os abusos sofridos em seus ambientes de trabalho, após seis jovens relatarem ter sofrido abuso sexual na adolescência por parte de um vocalista de uma banda de rock. A *hashtag* #YoTeCreo encontrou um eco maior no país do que movimentos similares ocorridos em anos anteriores na região, como o #MeToo e o #NiUnaMenos.

Na cidade de El Callao, na região mineira do país, duas mulheres foram assassinadas. Uma delas é Dorialcely Tocuyo, que aparece em um vídeo nas redes sociais no qual acusa o prefeito, Alberto Hurtado, de utilizar recursos públicos para comprar drogas e pagar prostitutas. O vídeo foi gravado durante um protesto de rua, no qual Tocuyo afirma ainda que o prefeito era conivente com os grupos armados que atuam irregularmente na região. A família especula que o assassinato foi uma retaliação às acusações da manifestante e pede à Justiça que investigue Hurtado. O fato não é um caso isolado na Venezuela. Entre janeiro e maio de 2021, ocorreram 99 casos de feminicídios, o que corresponde a um feminicídio a cada 30 horas no país.

O protesto do qual Tocuyo participava denunciava um problema bastante recorrente nos municípios da região mineira do estado de Bolívar. Muitos comerciantes da região, para não sofrer prejuízo em decorrência da hiperinflação, compram ouro com a moeda nacional e depois revendem-no em dólar. Ocorre que a venda de ouro é, em grande parte, controlada por máfias, que, com a desvalorização monetária, decidiram não aceitar mais a cédula de 50 mil bolívares. Como consequência, os empresários replicaram a restrição para os seus clientes, limitando o acesso da população aos produtos vendidos no comércio local. Isso vem gerando revolta em diferentes cidades da região, como Piar, Caroní, Guasipati e El Callao, que resultaram em saques a estabelecimentos que se recusaram a aceitar a cédula.

Observa-se, portanto, que são muitas as dificuldades enfrentadas pela população venezuelana. O governo, incapaz de dar respostas a questões de tamanha urgência, investe em medidas socioeconômicas paliativas que têm pouco efeito no combate ao alto índice de pobreza. A repressão, pois, se torna a principal arma para manter certo controle sobre os cidadãos. Desde o início da pandemia até maio deste ano, foram registradas 628 prisões arbitrárias por parte das forças de segurança. As mudanças no cenário político que podem vir a acontecer por si só não são promissoras o suficiente para pacificar os conflitos no curto ou médio prazo.

Observatório de Movimentos Sociais da América Latina

# COMUNICA AMÉRICA LATINA V

abril-junho/2021

